

AJUDA MEMÓRIA Nº 13/2023/COAPP/SAS
Documento nº 02500.026763/2023-70

Assunto: Oficina de Introdução ao 3º ciclo do Progestão no estado do Tocantins.
Nº do Processo: 02501.004844/2021-47

Evento:	<input type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento	<input checked="" type="checkbox"/> Reunião	<input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sala de Reuniões da SEMARH	Cidade: Palmas - TO		
Data: 27/04/2023			
Instituições participantes: ANA, SEMARH, Naturatins, Conselho Estadual de Recursos Hídricos Comitê de Bacia			

I. Relato

1. Nos dias 27 e 28 de abril de 2023, nos períodos da tarde e manhã, respectivamente, foi realizada a Oficina de Introdução ao 3º Ciclo do Progestão no estado de Tocantins. Na abertura do evento estavam presentes representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, do Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

2. O secretário da SEMARH, Sr. Marcello Lelis, elogiou a consistência e a qualidade do trabalho da equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Semarh e a importância da parceria com a ANA, chamando atenção para a necessidade de traduzir essas informações: “nossa ideia é trazer todos os dados gerados pelo corpo técnico da Semarh para um ambiente digital onde todos os atores do Estado possam buscar informações para melhorar a tomada de decisão, com soluções de tecnologia da informação, e buscando fazer do monitoramento da água um trabalho cada vez melhor. O investimento em tecnologia, aliás, é uma das políticas de governo do governador Wanderlei Barbosa”.

3. O presidente do Naturatins Sr. Renato Jayme da Silva, ressaltou o trabalho conjunto entre a SEMARH e o Naturatins para o cumprimento das metas. O diretor de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da SEMARH, Sr. Aldo Azevedo, lembrou que o Progestão é um programa que contribui para o estado, nem tanto pelo valor repassado, porque há o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, mas pela inovação tecnológica: “O pacote tecnológico trazido pela ANA com o programa foi fundamental, pois trouxe modernização para

um trabalho que era feito de forma analógica. Além das 14 estações fornecidas inicialmente pelo órgão federal, hoje temos no total 50 plataformas de coleta de dados de alta tecnologia, transmitindo dados via satélite, em tempo real, a custo zero para o Estado. Nenhum outro estado do Brasil tem esse número de estações ligadas à rede de alerta da ANA, o que faz do Tocantins uma referência nacional”. Destacou ainda que a ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico do Tocantins é uma das frentes beneficiadas com a adesão voluntária do Estado ao Progestão desde o primeiro ciclo, ainda em 2013 e que, além do reforço para o trabalho de monitoramento, as metas do programa também foram essenciais para diversas áreas, como a capacitação de servidores da SEMARH, do Naturatins e dos membros dos comitês de bacias hidrográficas do estado; a formação do inédito cadastro de usuários de água, um banco de dados atualizado do número de outorgas concedidas pelo Naturatins por bacia hidrográfica; e para a melhoria da segurança de barragens, já que com o Progestão foi possível identificar a quantidade de barragens existentes no estado e o grau de risco que cada uma oferece.

4. A representante da ANA, Sra. Brandina de Amorim, Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP/ANA saudou a presença de todos os participantes, e informou que para o Progestão III serão adicionadas duas novas metas de cooperação federativa, “uma de monitoramento hidrológico, que exige um inventário de todas as estações pluviométricas e fluviométricas que o estado tem, sejam elas telemétricas ou convencionais, e uma meta de fiscalização dos usos de recursos hídricos, onde nossa intenção é fortalecer a área e induzir que os estados façam monitoramento dos usos da água para saber se aquilo que está sendo outorgado de fato está sendo utilizado pelo usuário”.

5. O Sr. Agustin Trigo que coordena o Procomitês comentou a fala sobre a publicização da informação, e disse que a dificuldade não está tanto no campo tecnológico, pois o estado já tem excelente infraestrutura técnica, a questão está mais no esforço em manter a base de dados organizadas, e sente que falta mais equipe técnica no estado para assegurar que dados sejam mantidos, porque esse é o gargalo de todo sistema de informação.

6. Estiveram ainda presentes na reunião as especialistas em recursos hídricos e saneamento básico, Flávia Simões Ferreira Rodriguez e Simone Vendruscolo, ambas servidoras da ANA, servidores da SEMARH e membros de comitês de bacias hidrográficas e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Tocantins, conforme lista de presença anexada a esta memória.

7. Após a apresentação dos participantes e o repasse dos objetivos da oficina foi apresentada, pela Sra. Graciela Ribeiro, ponto focal do programa em TO, uma avaliação da implementação do 2º Ciclo do Progestão no estado, demonstrando a visão da SEMARH sobre os desafios e avanços ocorridos, bem como a visão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

8. Em seguida, a Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP, Sra. Brandina de Amorim, apresentou a visão geral do Progestão no país, onde foi possível perceber a performance do estado cujo percentual médio de alcance das metas foi de 92,53%, no período em questão (2018 - 2021). O estado de Tocantins obteve um bom percentual médio de alcance das metas, comparado com os outros estados que também estão



encerrando o 2º ciclo, estando na fase de certificação do último período relativo ao ano 2022. As novas regras do Progestão e procedimentos para assinatura do contrato Progestão III foram apresentados, bem como os critérios de avaliação das metas de cooperação federativa para o 3º Ciclo.

9. Deu-se, também, a discussão dos níveis meta que o estado poderia alcançar em relação às variáveis de gestão de recursos hídricos em âmbito estadual, integrantes do novo Quadro de Metas, visando submeter à apreciação e avaliação por parte do CERH, necessário para a assinatura do contrato. Assim, ao final da oficina, foi apresentada a proposta dos níveis metas para cada variável, considerando a Tipologia B de gestão. As metas de investimentos serão avaliadas pela SEMARH para posterior submissão ao CERH. O novo quadro de metas será submetido à aprovação do CERH em reunião a ser realizada e os resultados encaminhados à ANA junto aos demais documentos para assinatura do contrato.

10. Todas as apresentações seguem como anexo neste documento, bem como registro fotográfico do evento e roteiro dirigido para avaliação do 2º Ciclo preenchido pelo estado.

II. Principais encaminhamentos e providências tomadas

11. Cabe à SEMARH/TO providenciar o ofício assinado pelo Governador do Estado e dirigido à Diretora-Presidente da ANA, contendo a manifestação de interesse em dar continuidade ao programa no estado e atestar que os recursos destinados ao Estado pela ANA no Primeiro e Segundo Ciclos do Progestão foram exclusivamente aplicados em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs.

12. Além disso a SEMARH deverá encaminhar o ofício à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico manifestando interesse de dar continuidade à coordenação do programa no estado, encaminhando cópia do ofício do governador, quadro de metas aprovado pelo CERH com a deliberação que o aprovou e documentação do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e presidente do CERH para a assinatura do contrato.

13. Cabe à ANA receber a documentação e dar prosseguimento ao processo de assinatura do contrato Progestão III.

III. Conclusões

14. A oficina alcançou com sucesso seus objetivos. Foi possível refletir sobre os avanços e desafios, esclarecer as novas regras do 3º ciclo do programa e definir proposta do quadro de metas a ser alcançado, conforme regras do Progestão III, a ser certificado pelo CERH.

Brasília, 10 de maio de 2023.



(assinado eletronicamente)
SIMONE VENDRUSCOLO
Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico

De acordo.

(assinado eletronicamente)
BRANDINA DE AMORIM
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos às
Agências Infranacionais de Saneamento Básico



Registro fotográfico e notícia vinculada na mídia local

<https://www.to.gov.br/semarh/noticias/tocantins-conclui-com-avancos-segundo-ciclo-do-pacto-nacional-pela-gestao-das-aguas-e-se-prepara-para-novas-metas/1kru4t5fmd3d>

www.to.gov.br/semarh/noticias/tocantins-conclui-com-avancos-segundo-ciclo-do-pacto-nacional-pela-gestao-das-aguas-e-se-prepara-para-novas-metas/1kru4t5fmd3d

Início > Notícias > Geral


Tocantins conclui com avanços segundo ciclo do Pacto Nacional pela Gestão das Águas e se prepara para novas metas

Representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) estiveram na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) para oficina de avaliação de execução do Progestão no estado e início da terceira etapa

por Camila Mitye/Governo do Tocantins

publicado: 28/04/2023 16:30:00 - atualizado: 28/04/2023 16:37:17



Na abertura da oficina, o secretário Marcello Lelis e o presidente do Naturatins, Renato Jayme, destacaram o trabalho conjunto dos dois órgãos para o cumprimento das metas do Progestão - Foto: Semarh/Governo do Tocantins 





Abertura da Oficina com a presença do Secretário e Diretor de Recursos Hídricos da SEMARH, Presidente da Naturatins e Coordenadora da COAPP/SAS/ANA



Apresentação da avaliação do 2º Ciclo do Progestão em Tocantins pelo ponto focal do programa na SEMARH



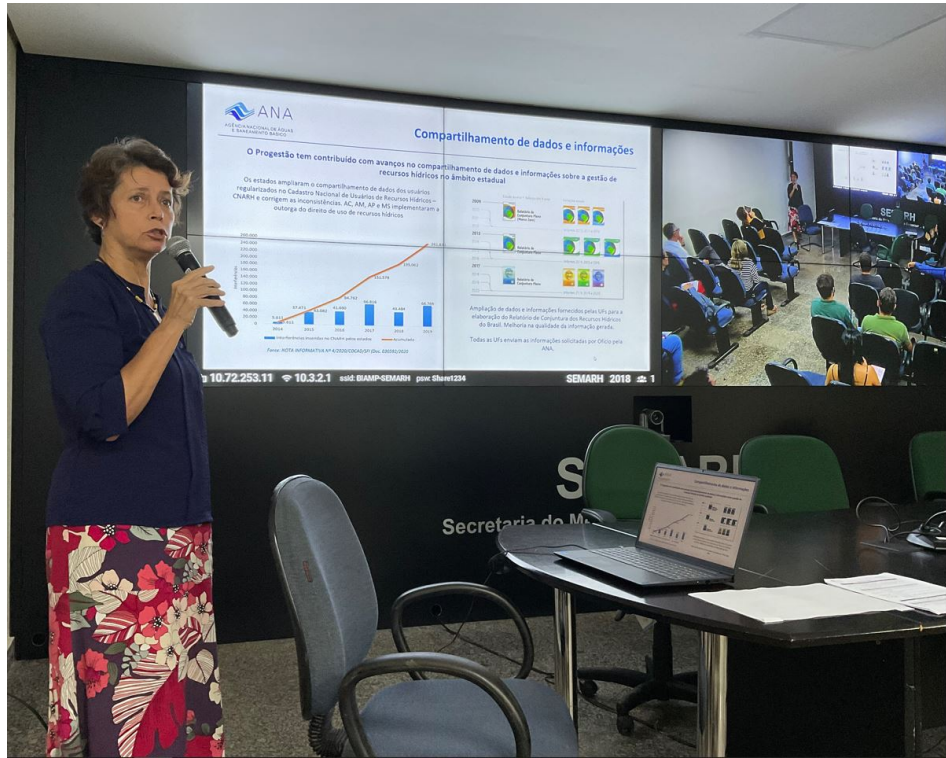


Apresentação da avaliação do 2º Ciclo do Progestão em Tocantins pela representante da Naturatins



Apresentação da avaliação do 2º Ciclo do Progestão em Tocantins pelo ponto focal do programa na SEMARH





Apresentação da visão geral do programa pela coordenadora da COAPP/SAS/ANA





Equipe da SEMARH, Naturatins, ANA e membros do CERH



OFICINA DE ABERTURA DO 3º CICLO DO PROGESTÃO NO ESTADO DE TOCANTINS

Local:	A definir
Data:	27/04/2023 - 14:00h as 18:00h e 28/04/2023 - 8:30h as 12:00h
Objetivo:	Apresentar as regras do 3º ciclo do Progestão, refletir sobre os avanços e desafios no Progestão II e construir proposta do novo quadro de metas, visando o fortalecimento da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos.
Público-alvo:	<p>Dirigentes e servidores que atuam no Órgão Gestor de Recursos Hídricos – OGERH, bem como membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.</p> <p>Desejável a participação dos responsáveis pelas ações relacionadas às metas de cooperação federativa e variáveis de gestão previstas no novo Quadro de Metas, membros representantes do CERH que estejam mais envolvidos com a autoavaliação.</p>
Resultados esperados:	Espera-se, ao final dessa oficina, ter esclarecido as novas regras do 3º Ciclo do programa, proposta de metas para os cinco períodos do programa e preparação para que o estado tome as medidas necessárias para a efetiva contratação.
Metodologia:	<p>Avaliação do 2º Ciclo do Progestão no estado – apresentação pelo estado, com base em roteiro dirigido enviado pela ANA, de uma análise crítica da implementação do 2º ciclo do programa no estado.</p> <p>Apresentação das regras do 3º Ciclo – apresentação pela ANA das novas metas do programa e critérios de certificação e processo para assinatura do contrato Progestão III.</p> <p>Construção coletiva das metas para o estado – avaliar o novo quadro de metas e propor metas para os cinco períodos do programa visando submeter à apreciação pelo CERH. Será realizada por meio de dinâmica de grupo do tipo <i>Café Mundial</i>, conforme a quantidade de participantes.</p>
Infraestrutura Necessária:	<p>Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e com possibilidade de dinâmica em grupos;</p> <p>Projektor para apresentações em PowerPoint.</p> <p>Caso possível, gravação da reunião para facilitar o registro da oficina.</p>

PROGRAMAÇÃO

Dia 27 de abril de 2023 – quinta-feira - 14h00 as 18h00	
14h00 – 14h15 (15')	Abertura (Dirigentes da SEMARH, Superintendência da SAS/ANA e/ou Coordenação da COAPP/SAS/ANA)
14h15 – 14h30 (15')	Apresentação dos participantes e da pauta (Moderação: Agradecer a presença de todos, informar como funcionará a oficina, os motivos que estamos reunidos, o que esperamos da oficina e chamar para as apresentações)
14h30 - 15h15 (45')	Avaliação do 2º Ciclo do Progestão - Desafios e Avanços – Visão do estado e do CERH (<i>Roteiro dirigido</i>)
15h15 - 15h30 (15')	Esclarecimentos
15h30 – 15h45 (15')	<i>Intervalo</i>
15h45 – 16h05 (20')	Visão geral dos resultados alcançados pelo Progestão no país (ANA)
16h05 – 16h30 (20')	3º Ciclo do Progestão: novas regras e procedimento para assinatura do contrato Progestão III (ANA)
16h30 – 16h55 (20')	Esclarecimentos
16h55 – 17h15 (20')	Apresentação das novas metas de cooperação federativa e critérios de avaliação no 3º Ciclo do Progestão
17h15 – 17h25 (10')	Esclarecimentos
17h25 - 17h40 (15')	Apresentação do novo Quadro de Metas a ser aprovado pelo CERH
17h40 – 17h50 (10')	Esclarecimentos
17h50 - 18h00 (5')	Encerramento da primeira parte da oficina (Moderação: encerra a primeira parte, agradece a participação de todos e os convidam para participarem da parte da tarde)

Dia 28 de abril de 2023 – sexta-feira – 8h30 as 12h00	
08h30 – 08h40 (10')	Apresentação das regras da dinâmica de grupo (moderação explica como será realizada a dinâmica e divisão em grupos)
08h40 – 09:40 (1h)	Análise das metas para as variáveis <i>de gestão</i> – Dinâmica de grupo
09h40 – 09h55 (15')	<i>Intervalo</i>
09h55 – 10h55 (1h)	Análise das metas para as variáveis <i>de gestão</i> – Dinâmica de grupo
10h55 – 11h30 (30')	Apresentação da proposta final
11h30	Encerramento final

REGISTRO FOTOGRÁFICO

OFICINA DE INTRODUÇÃO AO 3º CICLO DO PROGESTÃO NO ESTADO DE TOCANTINS

Palmas – TO, 27 e 28/04/2023

Abertura: Sra. Brandina de Amorim, Sr. Aldo Azevedo, Sr. Marcello Lelis, e Sr. Renato Jayme da Silva



Participantes da oficina



Discussão do quadro de metas



Fechamento da Oficina.



PROGESTÃO

Programa de Consolidação
do Pacto Nacional pela
Gestão das Águas

Avaliação do 2º ciclo do Programa

Estado: Tocantins

Instituição: Secretaria de Meio Ambiente e
Recursos Hídricos – SEMARH/TO

Conselho Estadual de Recursos Hídricos
do Tocantins – CERH/TO

Palmas, 27 e 28 de abril de 2023



VISÃO GERAL DO PROGRAMA

Uma análise dos avanços e desafios



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

GESTÃO DO PROGRAMA

<p>O Progestão tem procedimentos como as reuniões de planejamento e acompanhamento coordenados pela ANA. Em que essas reuniões beneficiam ou não na implementação do programa? Alguma crítica ou sugestão para esse procedimento?</p>	<p>Existe clareza sobre os procedimentos adotados pela ANA para a certificação das metas e comunicação dos resultados? Alguma sugestão para melhorias desse procedimento?</p>	<p>Como se dá o envolvimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na aprovação das metas estaduais? É considerado satisfatório? Há avanços a relatar neste aspecto? Aponte sugestões para melhorar o envolvimento do CERH.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Através das reuniões é possível debater sobre a execução das ações, e assim buscar melhores estratégias para o alcance dos resultados.• Sugestão: Realizar reuniões semestrais com os pontos focais das metas(reunir todos os estados que estejam no mesmo período de certificação, para que haja troca de experiências).	<ul style="list-style-type: none">• Modelo satisfatório;	<ul style="list-style-type: none">• Envolvimento do Conselho é satisfatório.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

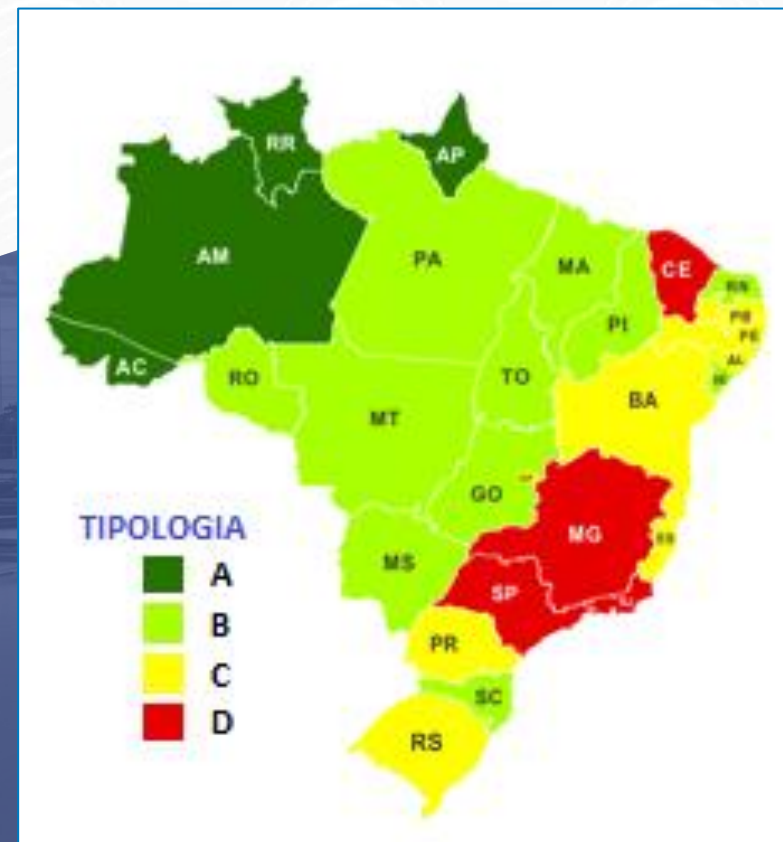
<p>Como se dá a sustentabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos no estado? (Fundo estadual de Recursos Hídricos, orçamento próprio do estado, programas e projetos, entre outros)</p>	<p>Qual é, aproximadamente, o percentual de contribuição do Programa Progestão?</p>	<p>Após dois ciclos do Progestão, quais os principais desafios para aplicar os recursos do programa?</p>
<ul style="list-style-type: none"> O Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FERH foi instituído pela Lei 1.307, de 22 de março de 2002 e , regulamentado pela Lei 2.089 de 09 de julho de 2009 é um fundo de natureza contábil, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que tem por finalidade o financiamento de planos, projetos e pesquisas que visem o desenvolvimento, a conservação, o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, de acordo com as prioridades da Política Estadual de Recursos Hídricos. Uma cota parte da (compensação financeira que o Estado recebe pelo aproveitamento hidroenergéticos em seu território) é repassada ao FERH, que são aplicados pela SEMARH, após deliberação do CERH, que aprova o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do FERH-TO, por meio de Resoluções. 	<ul style="list-style-type: none"> 20% 	<ul style="list-style-type: none"> Desafio: Desembolsar o percentual mínimo (50%) exigido pelo programa. Ocorre que, devido à burocracia do trâmite processual para aquisições de bens e serviços no setor público, muitas vezes não é possível finalizar o processo, tendo em vista que muitas vezes a parcela da premiação do PROGESTÃO só é depositada no segundo semestre do ano, o que dificulta a execução final dos processos no mesmo ano do recebimento, mesmo o orçamento já estando empenhado, dessa forma o desembolso financeiro só ocorre no ano seguinte. Sugestão: Aceitar como orçamento executado os processos que estejam empenhados no exercício atual, tendo em vista que para efeito de execução orçamentária do estado os processos empenhados no final do exercício anual, são contabilizados como executados. uma

INFRAESTRUTURA E PESSOAL

<p>Qual é a estrutura física para funcionamento da entidade estadual? É considerada adequada para a gestão dos recursos hídricos? Se não, há previsão para sua melhoria?</p>	<p>Qual é a força atual de trabalho para a gestão dos recursos hídricos no estado? (Informar quantos são servidores efetivos, comissionados, contratos temporários, bolsistas ou outros)</p>	<p>O recurso do Progestão contribui para a capacitação da equipe e para a sua ampliação? (Se sim, descreva de que forma ocorre)</p>
<ul style="list-style-type: none">As estruturas físicas da SEMARH e NATURATINS são adequadas.	<ul style="list-style-type: none">SEMARH Servidores efetivos: 10 Servidores Comissionados: 3 Contrato Temporário: 1 Estagiário: 1NATURATINS Servidores efetivos: 5 Contrato Temporário: 4 Estagiários: 03	<ul style="list-style-type: none">Tendo como base o Plano de Capacitação elaborado e aprovado pelo CERH, os técnicos da SEMARH, NATURATINS, CERH e os membros do Comitês realizam capacitações de acordo com as suas necessidades, em todo o país.Ressalta-se que o recurso para a realização das capacitações é fixado anualmente no orçamento da SEMARH.Estamos finalizando um Termo de Execução Descentralizada com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado, para contratação de 5(cinco) bolsistas de nível superior para auxiliar o NATURATINS no cumprimento das suas metas do Programa.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

Uma análise crítica da
atuação do estado e da ANA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Dentre as metas de cooperação federativa elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA (ordene da mais desafiadoras à menos desafiadora)	PRINCIPAIS DESAFIOS LIGADOS ÀS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 - Meta I.1: Integração de dados de usuários de recursos hídricos	- Integrar o Sistema de Gestão Ambiental do Naturatins-SIGAM com o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos-CNARH, já que os dados compartilhados no CNARH são inseridos de forma manual.	- Contratar uma empresa especializada em tecnologia da informação para execução de serviços de solução e integração de sistemas computacionais.
2- Meta I.3: Contribuição para difusão do conhecimento	-Executar a meta com diferentes parceiros (CI LAGO, BRK, NATURATINS, SEMARH)	- Manter uma boa relação com os parceiros para que entreguem em tempo hábil as informações.
3 -- Meta I.4: Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	- Executar simultaneamente o trabalho de manutenção preventiva e corretiva das estações instaladas, com o trabalho de levantamento in-loco das cotas de referência, tendo um número reduzido de servidores no setor.	- Contratar e treinar mais colaboradores para divisão dos trabalhos de campo e tabulação dos dados coletados.
4 - Meta I.5: Atuação para Segurança de Barragens	- Algumas barragens necessitam de ação integrada com a participação da defesa civil; - Falta de servidores para alimentação do SNISB;	- É necessário estreitar os laços com os entes envolvidos e fortalecer as políticas públicas estaduais quanto a segurança de barragens; - Contratação de mais servidores ou terceirização;
5 - Meta I.2: Capacitação em Recursos Hídricos	- Realização 100% dos cursos planejados para o ano. - Participação maior dos membros do CERH nos cursos planejados.	- Trabalhar a motivação de todos os entes do SEGRH, com a demonstração da necessidade de se realizar os cursos, para fins de melhoria nas atividades laborais cotidianas.

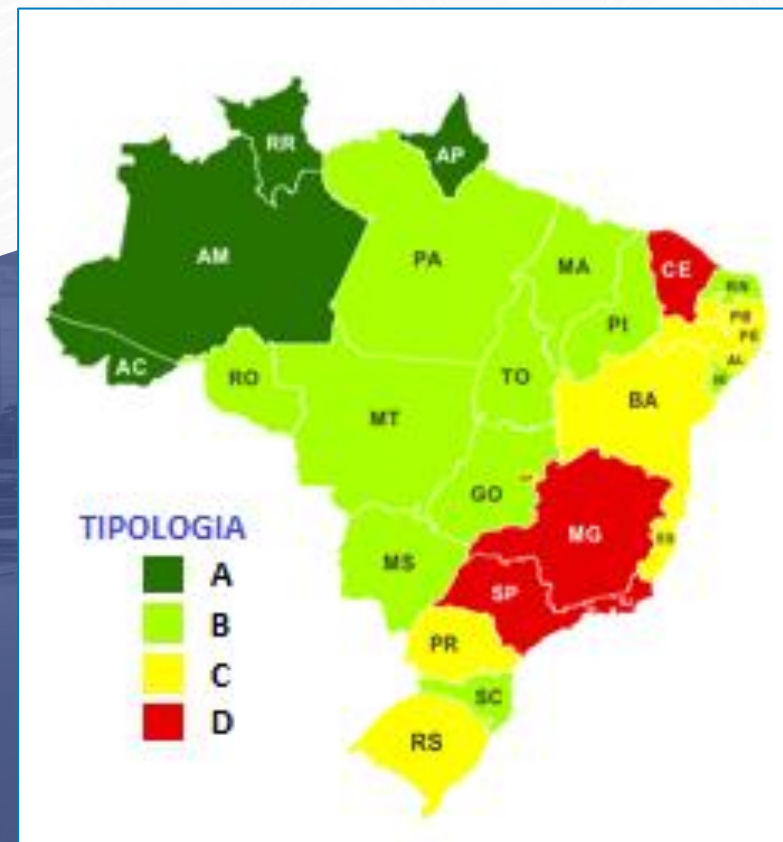
Meta I.1: Integração de dados de usuários de recursos hídricos
 Meta I.2: Capacitação em Recursos Hídricos
 Meta I.3: Contribuição para difusão do conhecimento

Meta I.4: Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos
 Meta I.5: Atuação para Segurança de Barragens

<p>Qual a contribuição do cumprimento das metas de cooperação federativa para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado?</p>	<p>Quais foram os principais avanços no alcance destas metas no estado? Exemplifique.</p>	<p>Qual a importância de compartilhar informações de recursos hídricos estaduais com a ANA para o fortalecimento do SINGREH?</p>
<ul style="list-style-type: none"> Através da execução das metas, o estado obteve dados para dar suporte às tomadas de decisões por parte das entidades públicas e entidades privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e modernização da Rede de monitoramento Hidrometeorológica Telemétrica do Estado. Antes da Adesão do Estado ao PROGESTÃO, não tínhamos nenhuma Estação Telemétrica em funcionamento no Estado, todas eram modelo analógicas, começamos com a instalação e operação de 14(quatorze) PCDs da Rede de Alerta, e fomos ampliando esse número ano após anos, e hoje contamos com uma rede composta por 50(cinquenta) PCDs Telemétricas instaladas. O Estado não contava com um Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos, com a Adesão ao CNARH da ANA, o Estado conta hoje com essa ferramenta imprescindível para formação de seu banco de dados de usuários atualizado ano a ano. Inspeção de Segurança de Barragens, não tínhamos esse banco de dados 	<ul style="list-style-type: none"> Esse Pacto Federativo da Gestão dos Recursos Hídricos é imprescindível para o fortalecimento do SINGREH, porque entendemos que só é possível fazer uma boa gestão dos Recursos Hídricos de domínio da União, se fortalecermos os SEGREHs dos Estado. Porque a boa ou má gestão dos recursos hídricos de domínio dos Estados reflete diretamente na Gestão dos recursos hídricos federais. Porque os Rios Federais recebem os impactos causados dessa má ou boa gestão dos recursos hídricos nos estados, através de sua rede de tributários, que vão formar a grande rede de Rios Federais. Portanto o Fortalecimento do SINGREH, passa obrigatoriamente pelo fortalecimento dos SEGREHs dos estados, por isso a importância da manutenção do PROGESTÃO para os Estados e para a ANA.

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

Uma análise crítica da atuação do estado com relação à cada variável de gestão



Dentre o grupo de variáveis estaduais elencar, em ordem decrescente de intensidade, aquelas consideradas de maior desafio para alcance no seu estado, bem como as formas previstas para superação.

METAS ESTADUAIS (ordene do grupo mais desafiador ao menos desafiador)	VARIÁVEIS MAIS DESAFIADORAS E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA ALCANCE DAS METAS	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 - Meta II.5 - Grupo de variáveis operacionais	- 4.3 Cobrança (Desafio: Após publicação no DOE do Decreto de cobrança na Bacia do Rios Formoso, executar imediatamente o instrumento)	-Estruturar e capacitar a equipe responsável pela execução da cobrança.
2 - Meta II.4 - Grupo de variáveis de informação e suporte	- 3.7 Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão (Desafio: Solucionar a deficiência no funcionamento do Sistema de Apoio a Decisão da Outorga-SAD Outorga.	- Realizar e integração dos dados dos sistemas de gestão do Naturatins- SIGAM, CNARH e SAD- Outorga para o cálculo do balanço hídrico.
3 - Meta II.3 - Grupo de variáveis de Planejamento	- 2.6 Enquadramento (Desafio: Realizar o estudo para o enquadramento em classes da Bacia do Lago de Palmas)	-Aprovação do estudo pelo Comitê e CERH, e posteriormente implementação, por meio de decreto do Governo do estado.
4 - Meta II.2 - Grupo de variáveis legais, institucionais e de articulação social	- 1.7 Comunicação Social e Difusão de Informações (Desafio: Estruturar o Banco de Dados Qualiquantitativo para subsidiar a implementação dos sistema estadual de informação sobre recursos hídricos)	- Contratar uma empresa especializada em programação de banco de dados)

Meta II.2 - Grupo de variáveis legais, institucionais e de articulação social
 Meta II.3 - Grupo de variáveis de Planejamento

Meta II.4 - Grupo de variáveis de informação e suporte
 Meta II.5 - Grupo de variáveis operacionais

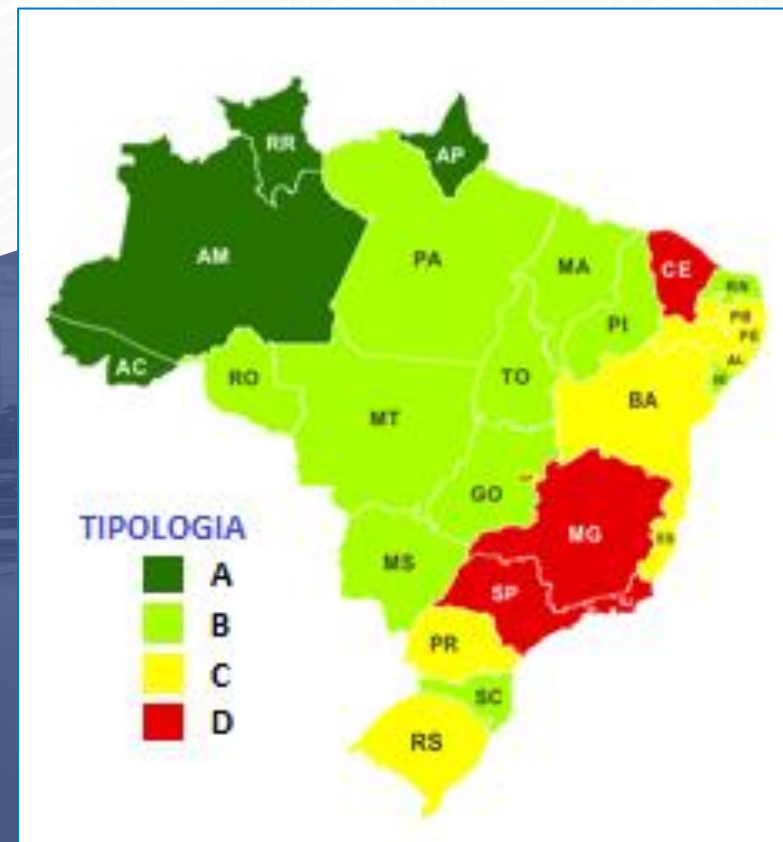
Ver cada variável [aqui](#)

<p>Quais as ações ou métodos utilizados para esclarecer aos membros do CERH sobre os procedimentos do programa, incluindo seu papel na certificação e avaliação das metas estaduais? São suficientes?</p>	<p>Quais procedimentos o estado vem adotando para que o CERH tenha acesso a informações sobre o Progestão e situação da gestão dos recursos hídricos no estado?</p>	<p>Estes procedimentos vêm se mostrando adequados? Justifique.</p>
<ul style="list-style-type: none">• As metas são apresentadas pelo ponto focal do Programa nas reuniões da Câmara técnica e posteriormente na reunião do Conselho. Dessa forma, todos os conselheiros podem elencar suas contribuições para a execução satisfatória do Programa no estado.	<ul style="list-style-type: none">• Todos os documentos (contrato, relatórios e resoluções) são apresentados aos conselheiros por meio de processo eletrônico.	<ul style="list-style-type: none">• Os procedimentos executados tem sido satisfatórios

<p>Qual a contribuição das metas estaduais para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado?</p>	<p>Quais foram os principais avanços no alcance das metas no estado? Exemplifique.</p>	<p>A meta de investimentos com recursos próprios do estado impulsionou o estado a reforçar o orçamento para a área de recursos hídricos? Exemplifique.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Maior obtenção de dados para o gerenciamento de recursos hídricos no estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e modernização da rede hidrometeorológica do estado, perfazendo um total de 51 PCD's instaladas e funcionando em todo o estado. • Monitoramento da qualidade da água em 81 pontos no estado. • Suporte técnico, financeiro e administrativo aos 5 Comitês de Bacias Hidrográficas instalados no estado e a estruturação de mais um Comitê. • Implantação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Formoso. 	<ul style="list-style-type: none"> • O estado executa a maior parte das ações de recursos hídricos através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Todo ano é aprovado um Plano de Aplicação contendo ações que visam a implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos e a estruturação operacional do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. • Exemplo: Convênio firmado com a Entidade Delegatária (CI Lago), que tem desempenhado a função de Agência de Bacia para os Comitês de Bacias Hidrográficas em funcionamento no estado.

FATOR DE REDUÇÃO

Uma análise crítica do alcance dos critérios adotados



Dentre os critérios do Fator de Redução elencar, em ordem decrescente de intensidade, aqueles consideradas de maior desafio para atendimento pelo seu estado, bem como as formas previstas para superação.

CRITÉRIOS DO FATOR DE REDUÇÃO (ordene do critério mais desafiador ao menos desafiador)	PRINCIPAIS DESAFIOS PARA ATENDER O CRITÉRIO	FORMAS DE SUPERAÇÃO
1 -Desembolso anual dos recursos acumulados transferidos ao estado acima de 50% do valor acumulado	- Desembolsar o valor exigido.	- A ANA aceitar os processos empenhados como meta Executada.
2 - Apresentação de Relatório de Gestão na Assembleia Legislativa	- Ajustar a apresentação do Relatório com a disponibilidade de agenda da Comissão de Meio Ambiente na Assembleia Legislativa;	- Agendar com apresentação com bastante antecedência.
3 - Elaboração de plano plurianual de aplicação dos recursos e apresentação anual dos gastos realizados para a ANA e CERH	- Alocar os recursos de acordo com a necessidade de cada ente que compõe a estrutura operacional do SEGREH.	- Fazer levantamento individual com os entes.
4 - Gestão patrimonial dos bens da ANA em uso pelo estado, atestado pela ANA	- Descartar o patrimônio inservível da ANA.	- Receber o patrimônio da ANA, invés de cedido, que seja doado.

a) Gestão patrimonial dos bens da ANA em uso pelo estado, atestado pela ANA

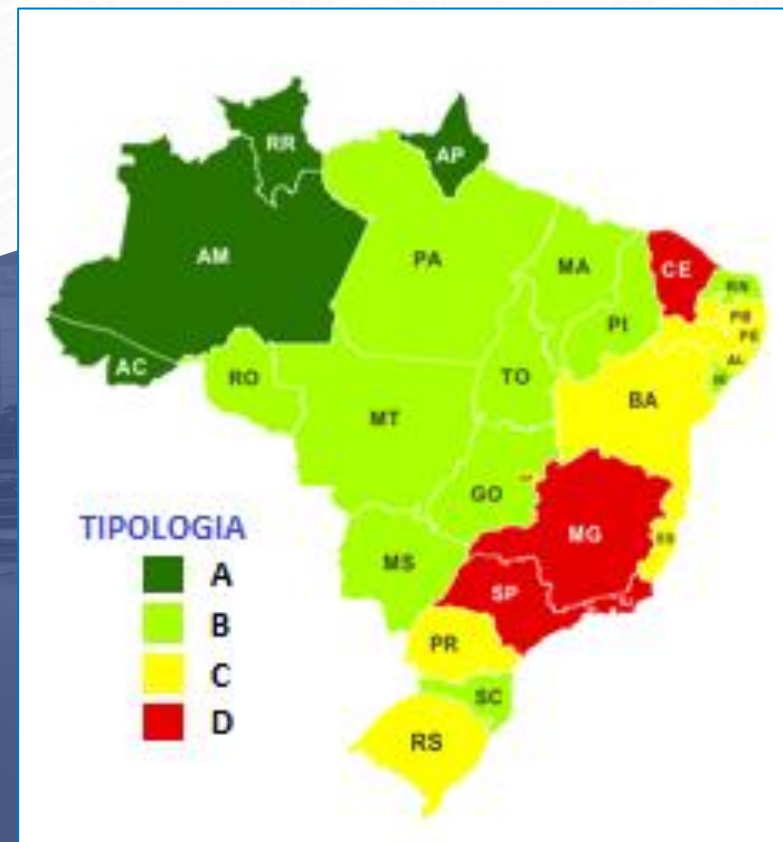
b) Apresentação de Relatório de Gestão na Assembleia Legislativa

c) Elaboração de plano plurianual de aplicação dos recursos e apresentação anual dos gastos realizados para a ANA e CERH

d) Desembolso anual dos recursos acumulados transferidos ao estado acima de 50% do valor acumulado

CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRAMA

Melhorar a operação do
programa pela ANA

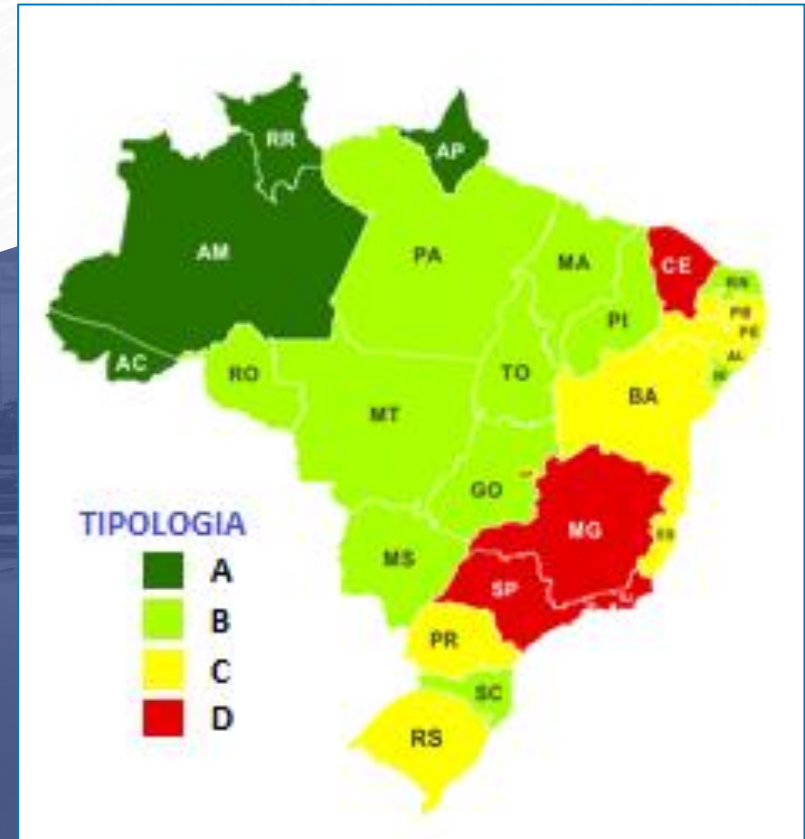


Seu estado tem alguma proposta ou sugestão para a melhoria do Progestão?

- Aceitar os processos Empenhados no mês de dezembro, na Planilha de Desembolso com recurso do Progestão.

CONTRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS ESTADUAIS

Fortalecer a atuação do CERH para melhorar a gestão dos recursos hídricos



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

VISÃO DOS CONSELHEIROS

<p>O Progestão contribuiu para melhorar a atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos? (Justifique a resposta)</p>	<p>O Progestão contribuiu para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos? Se sim, de que forma?</p>	<p>Aponte outros aspectos considerados pertinentes para a melhoria do programa sob o ponto de vista do CERH.</p>
<ul style="list-style-type: none">• Sim. Porque quando submetermos a prestação de contas do PROGESTÃO a análise dos Conselheiros, e explicamos que foram eles que aprovaram o Plano de Metas lá no início do Programa, eles se sentem corresponsáveis pela execução do Plano de Metas.	<ul style="list-style-type: none">• Sim. Porque é um Programa formatado com uma configuração excelente, que acreditamos que a maioria dos estados não teria capacidade técnica para elaborar um programa tão completo como esse para a Gestão dos Recursos Hídricos nos seus estados.	<ul style="list-style-type: none">• Essa apresentação do Plano de Metas aos Conselheiros antes da assinatura do programa, bem como a apresentação da prestação de contas anuais para sua aprovação, acho que é suficientemente adequado para uma boa execução do Programa nos Estados.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

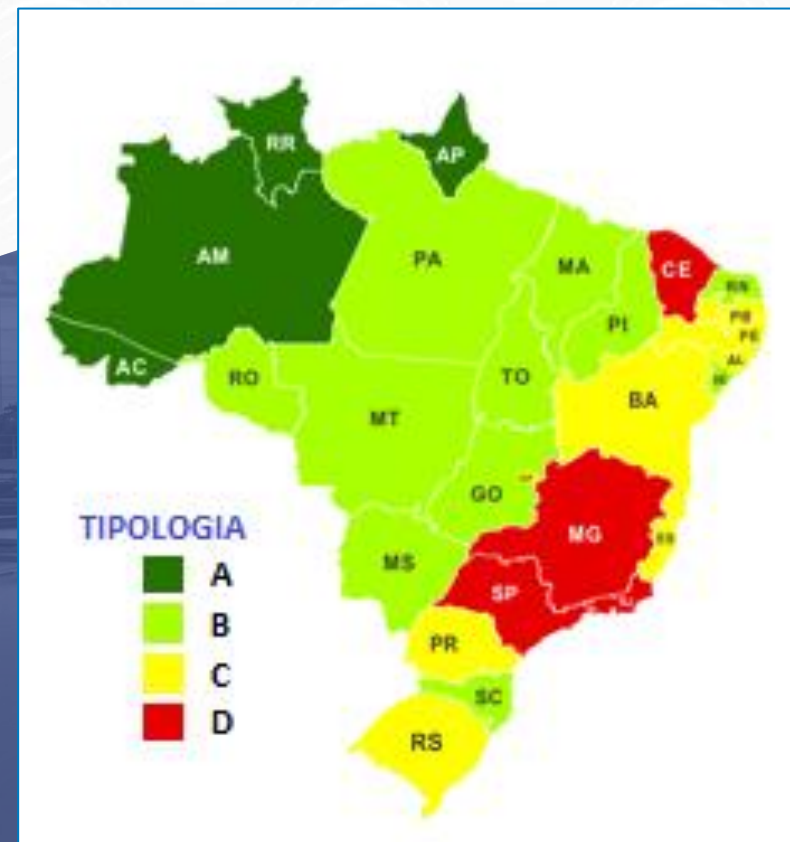
Obrigada!

até a próxima.

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

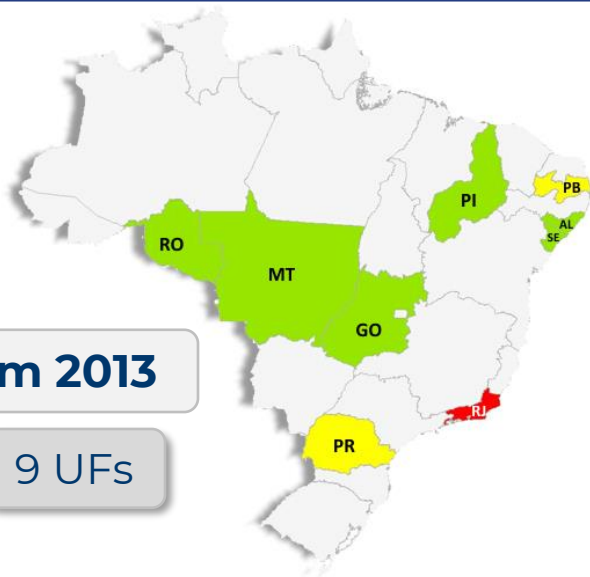
Visão geral dos resultados alcançados pelo programa no país



Adesão voluntária dos estados

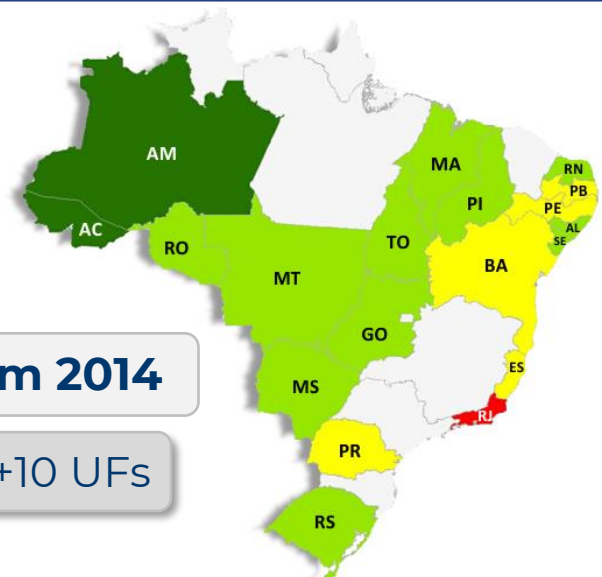
Em 2013

9 UFs



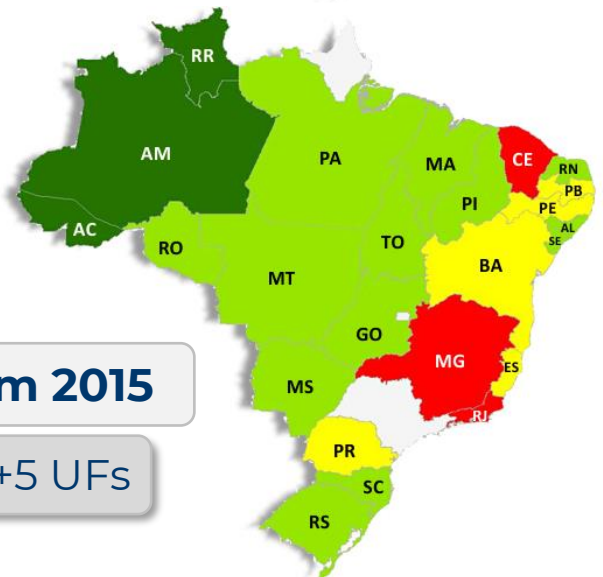
Em 2014

+10 UFs



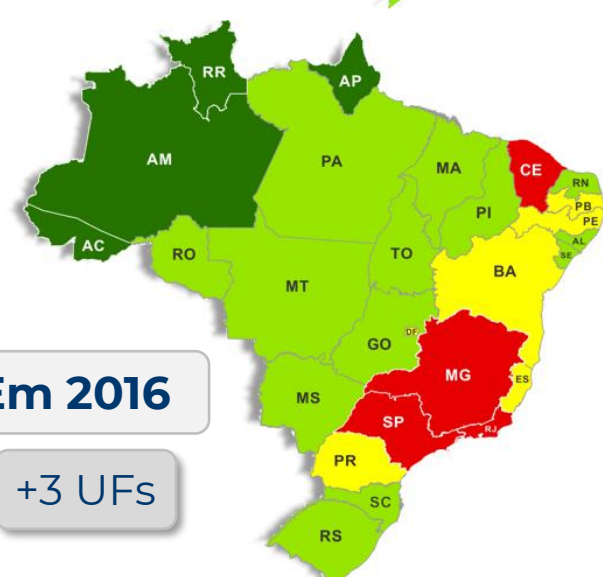
Em 2015

+5 UFs



Em 2016

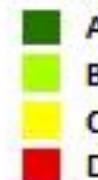
+3 UFs



Desde 2021



TIPOLOGIA



No 2º Ciclo, AL e RS alteram a Tipologia de Gestão para C

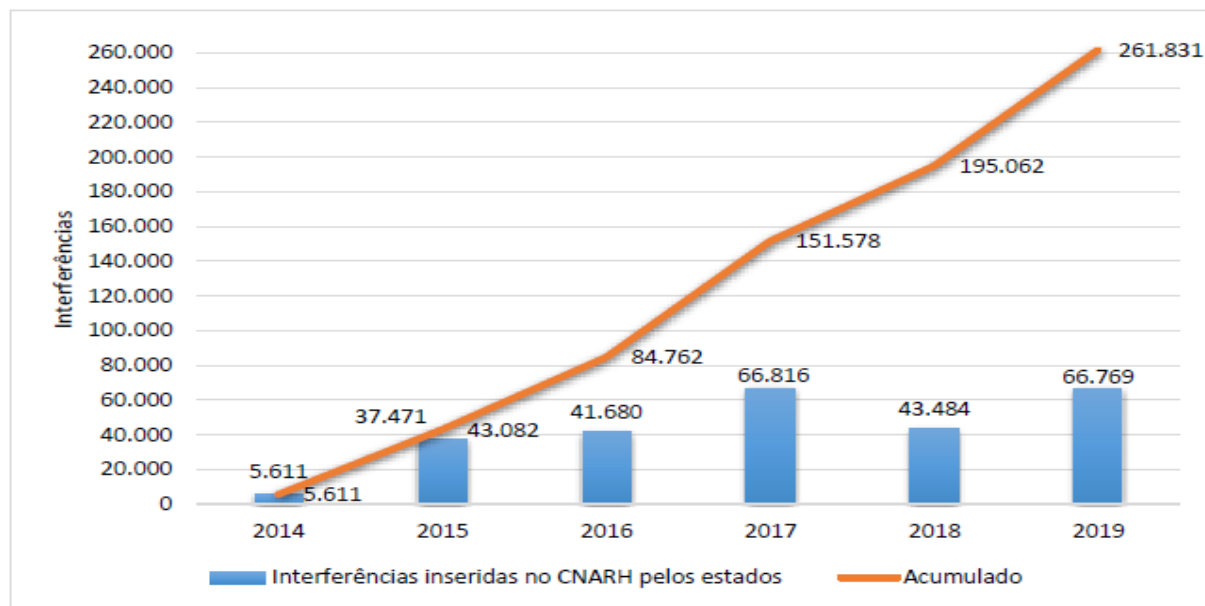
O RJ assina contrato do 2º Ciclo do programa apenas em 2022 por problemas fiscais.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA



O Progestão tem contribuído com avanços no compartilhamento de dados e informações sobre a gestão de recursos hídricos no âmbito estadual

Os estados ampliaram o compartilhamento de dados dos usuários regularizados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH e corrigem as inconsistências. AC, AM, AP e MS implementaram a outorga do direito de uso de recursos hídricos




Fonte: NOTA INFORMATIVA Nº 4/2020/COCAD/SFI (Doc. 030592/2020)



Ampliação de dados e informações fornecidos pelas UF's para a elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil. Melhoria na qualidade da informação gerada.

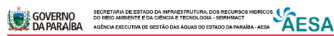
Todas as UF's enviam as informações solicitadas por Ofício pela ANA.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR – SEMAIGRO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL

**PLANO DE CAPACITAÇÃO
PARA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Campo Grande – MS
Outubro – 2018



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – AESA
AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA – AESA

AESA
Agência Executiva de Gestão das Águas
do Estado da Paraíba

PROGESTÃO
Plano de Capacitação para o Sistema
Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba.

João Pessoa - PB
Dezembro 2017

Av. Duarte de Silveira, S/N – Anexo ao SED – Torre – CEP: 58013-200
João Pessoa – PB – Tel: (35) 3522-5555 Fax: 3525-5588 – <http://www.aesa.pb.gov.br>



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

**PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA O SISTEMA
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO
DO TOCANTINS**
(META 1.2: CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS
– PROGESTÃO II)

Praça dos Girassóis, Palmas – Tocantins – CEP: 77001-983
Tel.: +55 62 3218 2180 – www.aema.toc.gov.br



Agência Executiva de Gestão das Águas do
Estado da Paraíba



**Programação Anual das Atividades de Capacitação em Recursos Hídricos
Ano 2020**

A Programação Anual das Atividades de Capacitação para o ano de 2020, foi elaborada tendo como base o Plano Plurianual de Capacitação para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba – 2017 a 2021, observando todos os cursos elencados nos Anexos I, II e III do plano, presenciais e de ensino à distância (on-line sem tutoria), excetuando aqueles já realizados nos anos anteriores.

Analogamente aos anos anteriores, esta programação foi feita relacionando os cursos online, contando com incentivo da AESA aos entes dos órgãos que atuam na Gestão de Recursos Hídricos do Estado, a realizarem os cursos ofertados pela Agência Nacional de Águas – ANA, como também com a lista dos cursos na modalidade presencial, conforme apresentada na Tabela 1.

Este ano, contudo, diante do momento em que o Brasil e o mundo enfrentam a pandemia do COVID-19, que impõe isolamento social como uma das medidas, necessária e vital, para o enfrentamento da disseminação do vírus, surgem novos desafios para execução do Plano de Capacitação, que vão influenciar no cumprimento da Programação Anual, especialmente no que se refere aos cursos presenciais.

Assim, em se perdurando este tempo de isolamento social, a AESA está avaliando possíveis soluções para a realização das capacitações, com uso das tecnologias e novas metodologias, como por exemplo:

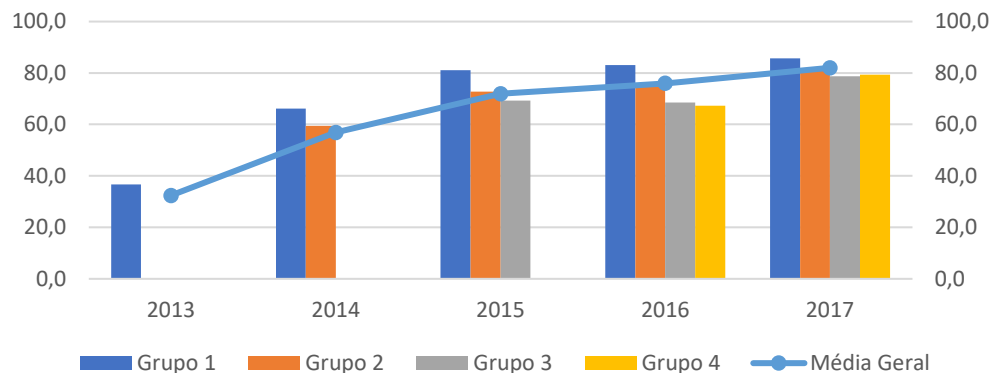
- Ensino Remoto Síncrono Emergencial – Metodologia que vem sendo adotada por algumas instituições de ensino superior, que através de ambiente virtual e cronograma de atividades, previamente definidos, disponibiliza interações assíncronas, que poderão ser acessadas e concluídas em qualquer horário, como também interações síncronas, com aulas online ao vivo, via videoconferência, com a presença simultânea do professor e dos alunos.



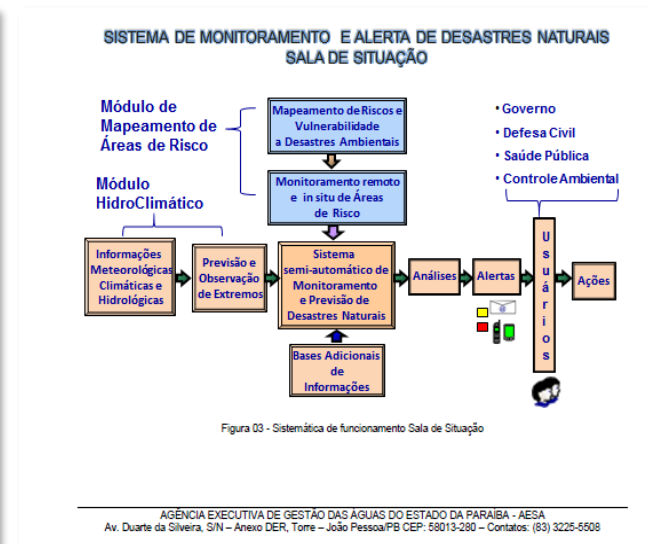
AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA – AESA
Av. Duarte de Silveira, S/N – Anexo ao SED, Torre – João Pessoa/PB CEP: 58013-200 – Contatos: (35) 3522-5588

- ✓ Capacitação realizada de forma planejada e estruturada.
- ✓ Todos os estados elaboraram o Plano Plurianual de Capacitação.
- ✓ Programação anual das capacitações e avaliação da execução do plano.

Índice de Transmissão de Dados (ITD) médio anual por grupo de estados conforme ano de adesão ao Progestão



Fonte: dados obtidos no sistema HidroTelemetria



- ✓ Elaborados os Manuais de Operação das Salas de Situação.
- ✓ Boletins vem sendo produzidos em todas as Salas.
- ✓ Melhoria do Índice de Transmissão de Dados (ITD) das estações telemétricas da rede de alerta superior.
- ✓ Manutenção corretiva vem sendo realizada pelos estados.
- ✓ A maioria dos estados já aderiram ao Monitor de Secas.
- ✓ Protocolo de ações para eventos hidrológicos críticos elaborados por alguns estados.

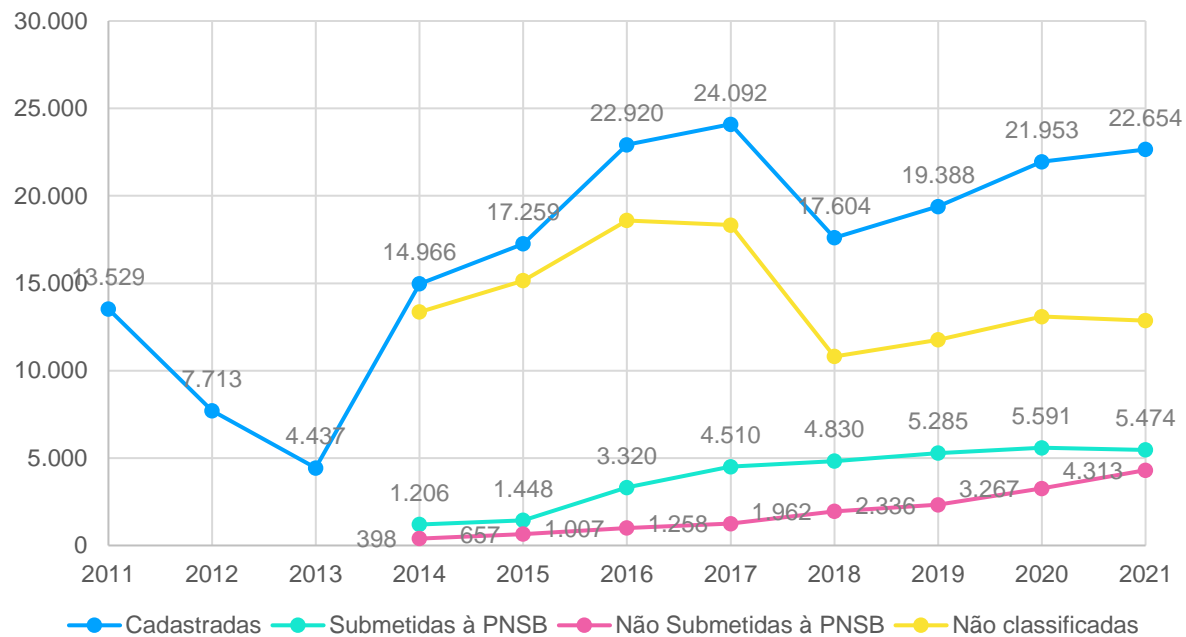
PROTÓCOLO DE AÇÕES PARA EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS

Este presente protocolo de ações para eventos hidrológicos críticos faz parte de uma melhoria constante nos processos e tomada de decisões pela Sala de Situação de Mato Grosso, ele ainda integra uma das metas do Programa Progestão, através de termo de cooperação realizado entre a Sema e Agência Nacional de Águas.

As informações obtidas no monitoramento deverão ser avaliadas tecnicamente e o resultado das análises apresentados no Boletim Hidrometeorológico Diário, a ser publicado na página da Sala de Situação na internet, Site da SEMA/MT. Na ocorrência de eventos hidrológicos críticos, as análises são apresentadas nos informes do Evento Crítico de nível e/ou chuva. Haverá publicação na internet e divulgação junto à Superintendência de Recursos Hídricos, Defesa Civil do Estado de MT e órgãos envolvidos com o monitoramento e resposta a desastres naturais.

Todas as ações do presente protocolo se iniciam na elaboração do Boletim Hidrológico Diário e se desenvolvem de acordo com o Fluxograma ilustrado na seguinte página deste documento.

Evolução do cadastro de barragens no SNISB

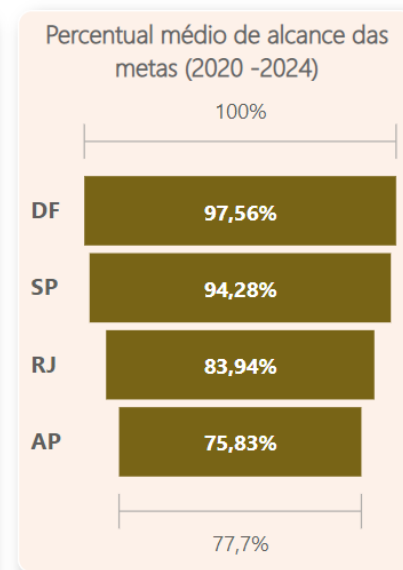
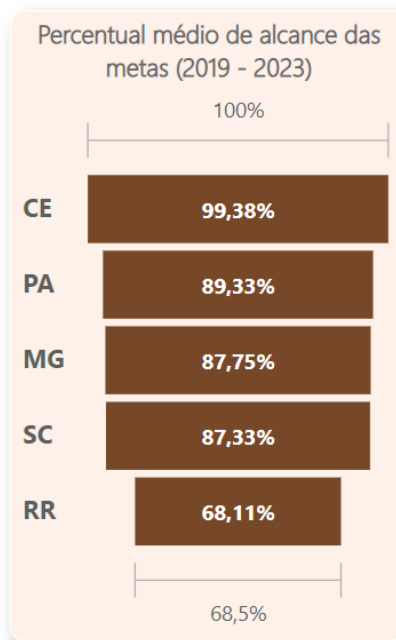
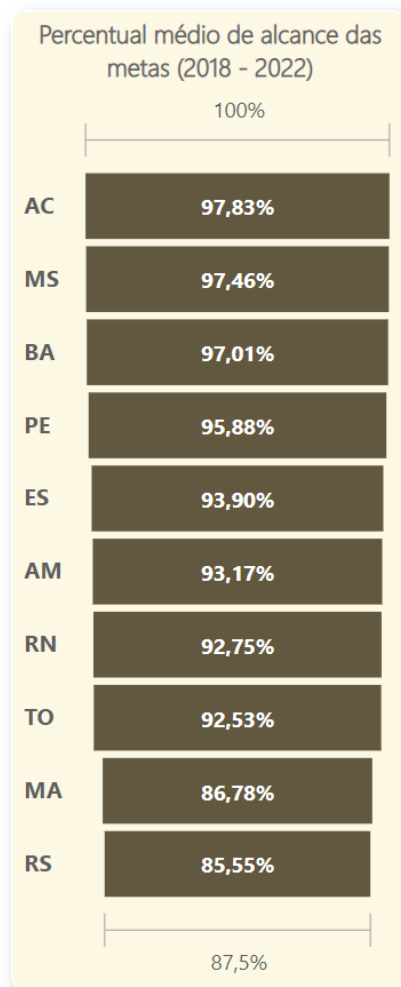
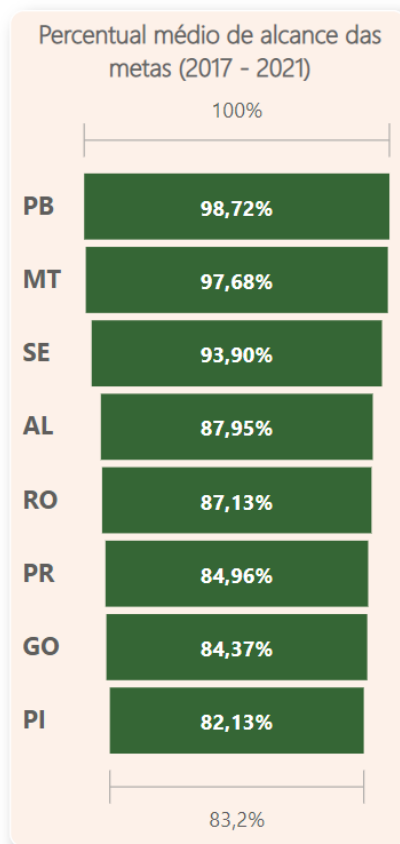


INÍCIO DO PROGESTÃO
8 ESTADOS CUMPRIRAM
META

INICIA 2º CICLO DO PROGESTÃO
AUMENTAM AS EXIGÊNCIAS
INSERÇÃO DE DADOS NO SNISB
APENAS DAS BARRAGENS
OUTORGADAS

- ✓ Todos os estados e Distrito Federal implementaram seus normativos, visando implementar a PNSB no estado.
- ✓ Realização de seminários e webnários (durante à pandemia de COVID19) em quase todos os estados e Distrito Federal voltados aos empreendedores.
- ✓ Elaboração de cartilhas orientativas aos empreendedores.
- ✓ Melhoria dos dados cadastrados no SNISB.
- ✓ Planos Anuais de Fiscalização (PAF) e sua avaliação vem sendo elaborados por quase todas os fiscalizadores de segurança de barragens de usos múltiplos.

Percentual médio de alcance das metas pelos estados



MAIORES
DETALHES
ACESSE [AQUI](#)

PERCENTUAL MÉDIO DE ALCANCE DAS METAS DO 2o CICLO DO PROGRAMA, POR REGIÃO, TIPOLOGIA E PERÍODO, ATÉ 2021

TIPOLOGIA

- A
- B
- C
- D

REGIÃO

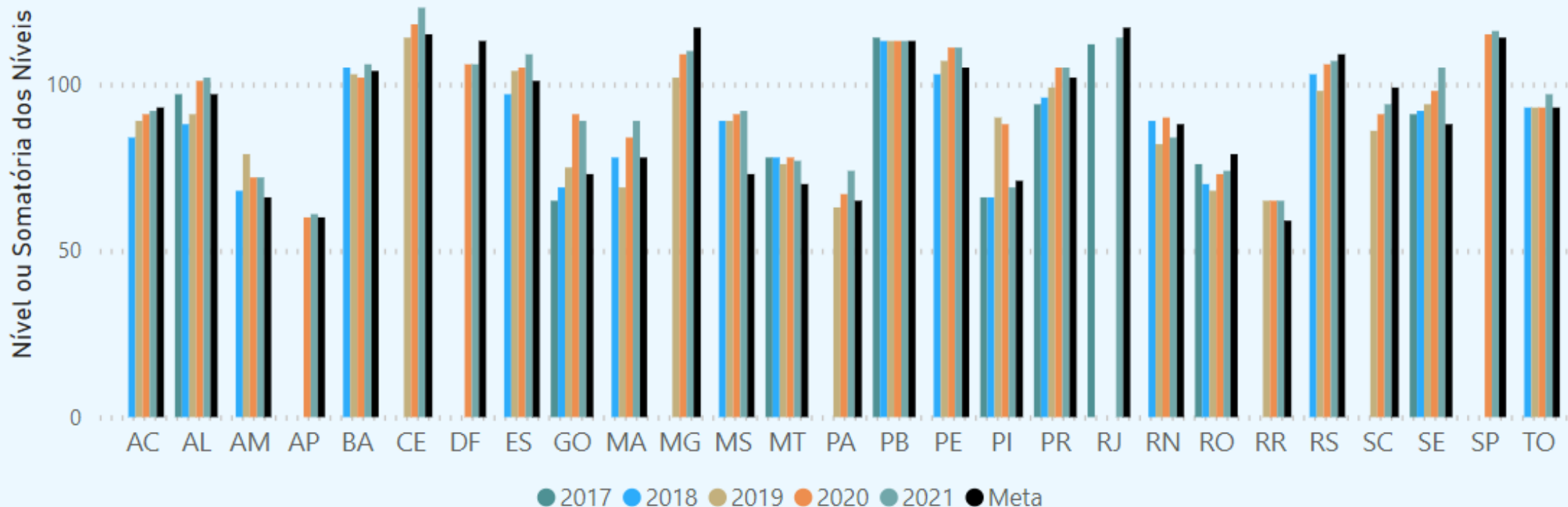
- CENTRO-OESTE
- NORDESTE
- NORTE
- SUDESTE
- SUL

METAS DE
GERENCIAMENTO DE
RECURSOS HÍDRICOS NO
ÂMBITO ESTADUAL



Alcance das metas pelos estados para as variáveis de gestão da água

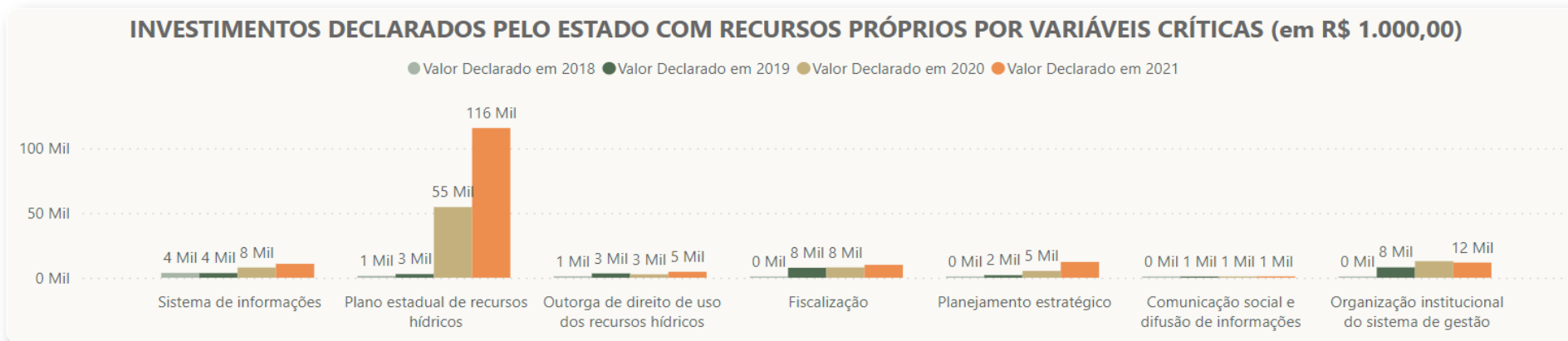
AUTOAVALIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE GESTÃO DE ÁGUAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL - PROGESTÃO II



MAIORES DETALHES ACESSE [AQUI](#)

Fonte dos dados: Formulário de autoavaliação aprovado pelos CERHs

Metas de Investimentos com recursos próprios do estado



**MAIORES
DETALHES
ACESSE [AQUI](#)**

22,4 Mil
Meta de 2021

166,1 Mil
Declarado em 2021

METAS DE INVESTIMENTOS EM VARIÁVEIS CRÍTICAS DE GESTÃO POR ESTADO

- AC
- AL
- AM
- AP
- BA
- CE
- DF
- ES
- GO
- MA
- MG
- MS
- MT
- PA
- PB
- PE
- RR



| FATOR DE REDUÇÃO



Critérios do Fator de Redução



- ✓ O critério (a) do Fator de Redução tem promovido uma gestão mais eficiente dos bens da ANA em uso pelas Ufs.
- ✓ A maioria dos estados apresentam o relato da situação da gestão de recursos hídricos na Assembleia Legislativa Estadual, mostrando aos parlamentares os avanços e desafios enfrentados para atender ao critério (b).
- ✓ Os CERHs tomam conhecimento da aplicação anual dos recursos repassados pelo programa visando atender ao critério (c).
- ✓ Apesar das dificuldades operacionais existentes para efetivar aquisições e contratação de serviços, a maioria dos estados buscam atender ao critério (d) de aplicação acima de 50% do valor acumulado em conta corrente.

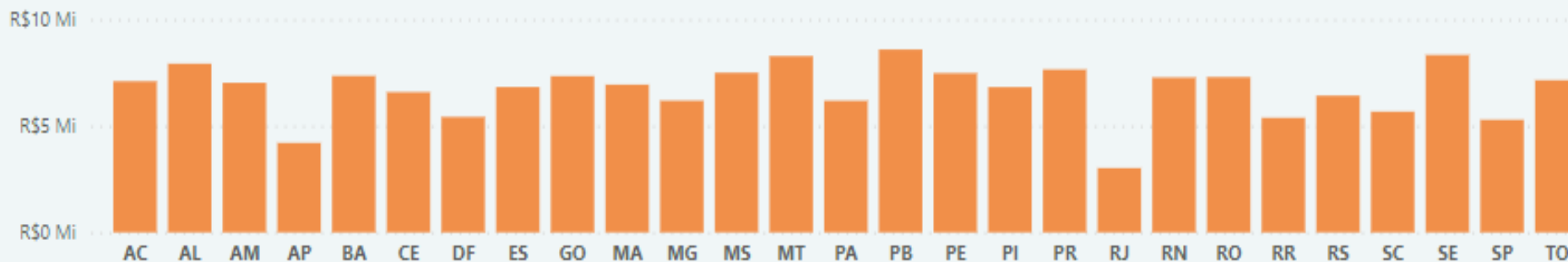


| RECURSOS FINANCEIROS



Recursos da conta Progestão

VALOR TOTAL TRANSFERIDO PELA ANA ÀS UFs

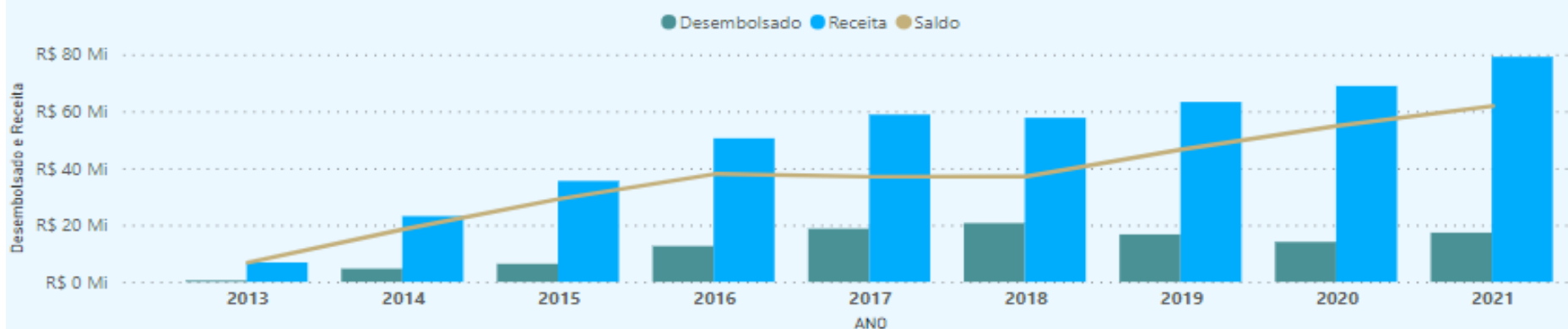


Desde 2013

R\$181,14 Mi

Total transferido pela ANA

DESEMBOLSADO, RECEITA E SALDO POR ANO



R\$ 111,02 Mi

Desembolsado até dez/2021

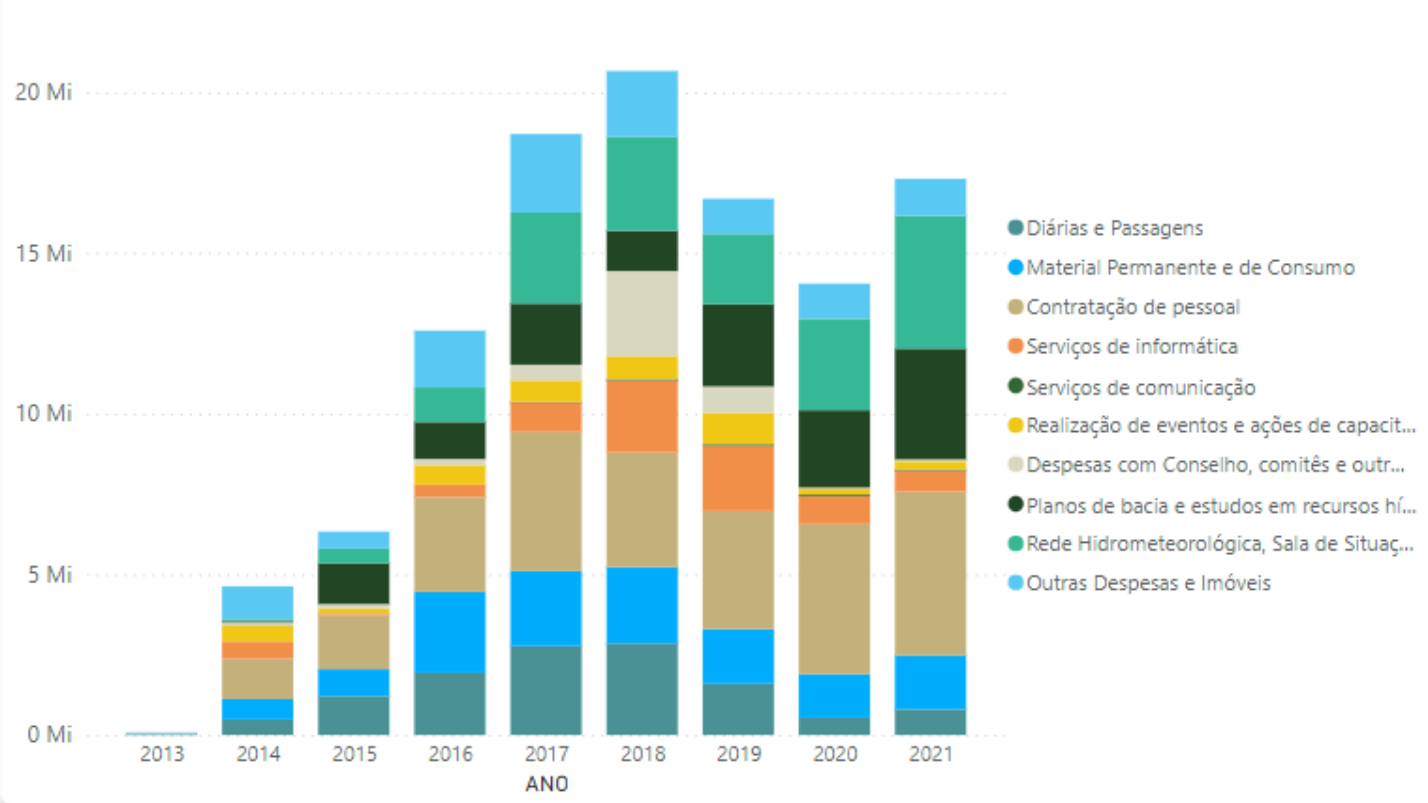
63,1%

% de desembolso total até dez/2021

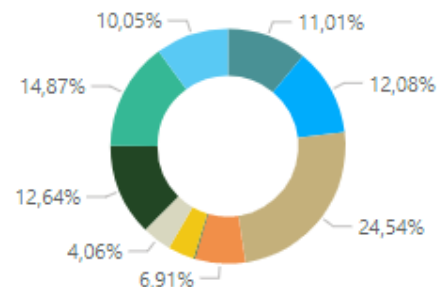
Os recursos devem ser gastos exclusivamente em ações de fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos

Uso dos recursos da conta Progestão

ELEMENTOS DE DESPESAS REALIZADAS COM OS RECURSOS DO PROGESTÃO



Percentual de cada elemento de despesa



111,0 Mi

Total

ESCOLHA A UF

AC	DF	MT	RJ
AL	ES	PA	RN
AM	GO	PB	RO
AP	MA	PE	RR
BA	MG	PI	RS
CE	MS	PR	SC

Selecione os anos desejados: (aperte Ctrl para selecionar vários anos)

2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021

DESEMBOLSO REALIZADOS PELAS UFs
COM RECURSOS DO PROGESTÃO POR
ELEMENTO DE DESPESAS

MAIORES
DETALHES
ACESSE
[AQUI](#) O
PAINEL
PROGESTÃO

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO



Disponibilização da informação e transparência



BRASIL | Acesso à Informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

Ir para o conteúdo | Ir para o menu | Ir para a busca | Ir para o rodapé

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

PROGESTÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Buscar no portal

Perguntas frequentes | Contato | Acesse o site da ANA

EM DESTAQUE | BOAS PRÁTICAS | BOLETINS | EVENTOS | FERRAMENTAS DE GESTÃO

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

O PROGRAMA

- Apresentação
- Antecedentes
- Normativos
- Manual Operativo
- Progestão 1
- Progestão 2
- Documentos

CERTIFICAÇÃO

- Certificações 2013 a 2021
- Nota final da certificação
- Documentos de apoio

INFORMES

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

O **PROGESTÃO** é um programa de incentivo financeiro aos sistemas estaduais para aplicação exclusiva em ações de fortalecimento institucional e de gerenciamento de recursos hídricos, mediante o alcance de metas definidas a partir da complexidade de gestão (tipologias A, B, C e D) escolhida pela unidade da federação.

TIPOLOGIA
Selecione a tipologia na legenda para ver sua descrição:

- A**
- B**
- C**
- D**

Conheça o PROGESTÃO no seu Estado
Clique no Estado para mais detalhes:

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins

Destaques

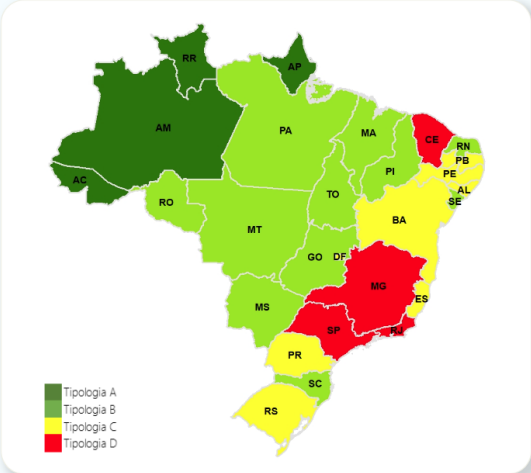
- ANA institui 3º ciclo do Progestão**
Resolução nº135/2022 ainda define os novos valores anuais de repasse
- Semas lança Conjuntura de Recursos Hídricos do estado do**
- Encontros Progestão 2022**
Semeando Ideias, Compartilhando Experiências
DIAS 5 E 6 DE JULHO DE 2022
14H AS 18H
Órgãos gestores de recursos hídricos apresentarão experiências exitosas. Venha conhecer!

<http://progestao.ana.gov.br/>

PROGESTÃO


Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA



- CAPA
- %Total de Alcance
- %Médio no Período
- Metas Federativas 01
- Metas Federativas 02
- Metas Federativas 03
- % Metas Estaduais
- Autoavaliação
- Metas de...
- Variáveis Críticas
- Fator de Redução
- Tipo de Desembolso
- Receita e...
- Alertas
- Recomendações


<https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/avaliacao/painel-progestao>

AValiaÇÃO DO PROGESTÃO

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DE ÁGUAS (2013-2016)

Estado do Mato Grosso



CONVITE

ANNA INSTITUCIONAL DE ANNA

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

DIRUR Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais



Foto: Brandon de Amorim

18 de maio de 2016
9h30 às 12h

Local: Brasília-DF
Agência Nacional de Águas (ANA), Setor Policial, bloco L, Sala do Superintendente da SAS

Informações:
progestao@ana.gov.br
61 2109-5326

Oficina III

Validação Final da Proposta do Modelo Lógico do PROGESTÃO



PESQUISA PROGESTÃO

DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

12ª Reunião GT Progestão

- Discussão das variáveis estaduais do Progestão (Anexo II)
- Apresentação das propostas resultantes da Oficina de Aracaju para os novos contratos



8 dezembro 2016



Twitter: @progestao
Visite: www.ipea.gov.br
Ouvidoria: ouvidoria.ipea



| CONCLUSÕES



O programa traz uma agenda sistematizada para avançar nas variáveis de gestão de recursos hídricos e fortalecer a governança da água no âmbito dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos

- ✓ Maior **aproximação e otimização da atuação da ANA** junto aos estados.
- ✓ Favoreceu a implementação de **instrumentos de gestão** nos estados.
- ✓ Aperfeiçoamento do **fluxo de dados e de informações estaduais** para os sistemas coordenados pela ANA (*Cnarh, Conjuntura, sistema HidroTelemetria, Snisb, gestão patrimonial*).
- ✓ Fortaleceu o **papel do CERH** na gestão estadual, com acompanhamento específico por meio de Câmara Técnica ou outra instância em alguns estados.
- ✓ A criação do **portal do programa** (<https://progestao.ana.gov.br/>) trouxe transparência ao grande fluxo de informações, além de destacar boas práticas e notícias sobre os estados.
- ✓ Os **Boletins Progestão** fomentam boas práticas nos estados.
- ✓ **Oficinas de intercâmbio** favorecem a troca de experiências entre estados e destacam estados com protagonismo no tema.

*“A experiência no acompanhamento do Progestão nos permite compreender as grandes potencialidades que um **programa com metas pactuadas** traz para a construção de **estratégias e agendas de interesse comuns**, tanto da Agência como dos estados”.*

*“Ambiente de cooperação federativa favorece o **fortalecimento de capacidades institucionais** e a redução das assimetrias entre os entes responsáveis pela política de recursos hídricos no país, além de propiciar um relacionamento mais colaborativo e participativo”.*

Em ambiente de cooperação federativa pactuado todos ganham...!!..

Equipe COAPP/SAS



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Obrigada!

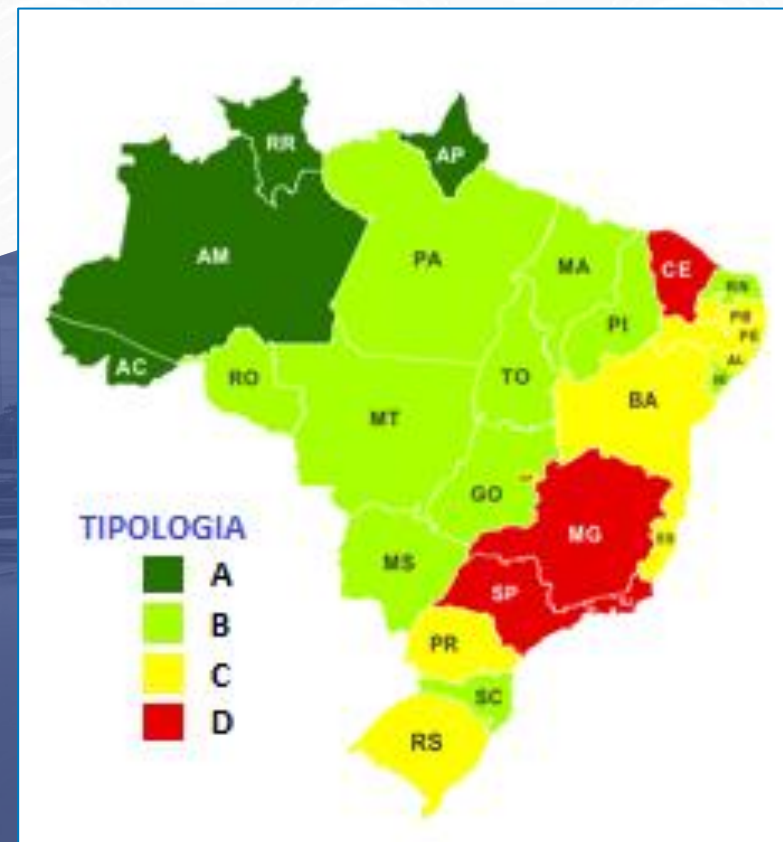
até a próxima.

PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional
pela Gestão das Águas

3º Ciclo do Progestão

Novas regras e
procedimento para
assinatura do
contrato Progestão III



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

- ✓ Ampliar a **cooperação federativa** na gestão dos recursos hídricos e fortalecer as instituições visando diminuir as assimetrias ainda existentes.
- ✓ Ampliar e **manter atualizado** o Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos.
- ✓ Necessidade de **capacitação permanente**.
- ✓ Melhorar e otimizar a atuação das **equipes técnicas, administrativas e gerenciais** dos órgãos gestores de recursos hídricos.
- ✓ Ampliar o **esforço de articulação** interna e com outras instituições visando a otimização de esforços.
- ✓ Fortalecer a **atuação dos entes** dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos e melhorar a governança da água.
- ✓ Promover a **cultura do planejamento** para investimentos em ações prioritárias.

Proposta de Estrutura para o 3º ciclo

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA (50%)

- Aperfeiçoamento das 5 metas
- Inclusão das metas de **Monitoramento hidrológico e Fiscalização de uso**

METAS DE GESTÃO DE ÁGUAS NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL (50%)

- **ATÉ 32 VARIÁVEIS DE GESTÃO CONFORME TIPOLOGIA:** alteradas descrição e níveis de exigência. Acrescentada variável “Alocação negociada da água”.
- Incluído escalonamento na **META DE INVESTIMENTOS** em variáveis críticas por tipologia de gestão (“A” e “B” diferenciado de “C” e “D”)

FATOR DE REDUÇÃO (até 15%)

- Excluído o critério (a) *gestão patrimonial*
- Mantida a apresentação de Relatório na Assembleia Legislativa
- Na apresentação anual dos gastos será verificada a *conformidade com o Plano de Aplicação Plurianual aprovado*
- *Mantida a exigência do percentual de gastos anuais em relação ao acumulado acima de 50%*

PESO	PROPOSTA	R\$
50%	7 metas de cooperação federativa certificadas pela ANA (Anexo III)	Até 700 mil
50%	Até 32 variáveis de gestão certificadas pelo CERH (Anexo IV), dependendo da tipologia	Até 350 mil
	Meta de investimentos em variáveis críticas de gestão com recursos orçamentários próprios certificados pelo CERH (Anexo V)	Até 350 mil
	TOTAL	Até 1,4 milhão

Metas de investimentos em variáveis críticas de gestão (Anexo V): escalonada por tipologia de gestão

Tipologia A

Tipologia B

ANA repassa **o mesmo valor** de investimento comprovado pelo estado

Tipologia C

Tipologia D

ANA repassa **a metade do valor** de investimento comprovado pelo estado

ANA repassa no mínimo de R\$ 50 mil e no máximo R\$ 350 mil

Valor de repasse por meta

PESO	PROPOSTA	Percentual para cada meta	Valor
50%	META I.1 – Integração de dados de usos e usuários de recursos hídricos	7%	Até R\$ 98 mil
	META I.2 – Capacitação em Recursos Hídricos	7%	Até R\$ 98 mil
	META I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento	8%	Até R\$ 112 mil
	META I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos	7%	Até R\$ 98 mil
	META I.5 – Atuação para segurança de barragens	7%	Até R\$ 98 mil
	META I.6 – Monitoramento hidrológico	7%	Até R\$ 98 mil
	META I.7 – Fiscalização de usos de recursos hídricos	7%	Até R\$ 98 mil
50%	Até 32 variáveis de gestão certificadas pelo CERH (Anexo IV), dependendo da tipologia	25%	Até R\$ 350 mil
	Meta de investimentos em variáveis críticas de gestão com recursos orçamentários próprios certificados pelo CERH (Anexo V)	25%	Até R\$ 350 mil
TOTAL		100%	Até R\$ 1.400 mil

Metas de cooperação federativa

META I.1 – Integração de dados de usos e usuários de recursos hídricos

Foco na automatização do compartilhamento de dados no CNARH, consistência, dados complementares de poços e disponibilização de dados nos sites estaduais

COINT/SRE e COSUB/SIP

META I.2 – Capacitação em Recursos Hídricos

Foco melhoria do Plano de Capacitação com novos desafios, definição de estratégias inovadoras de capacitação e na execução das ações planejadas

CCAPS/SAS

META I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento

Foco no aprimoramento da integração de dados e informações por meio de sistemas automatizados, utilizando ferramentas para visualização geoespacial (INDE-RH)

CCOGI/SHE

META I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos

Foco na gestão eficiente das Salas de Situação estaduais para eventos de cheias e estiagem, produção de boletins, monitor de secas e atualização do mapa de vulnerabilidade

COART e COVEC/SOE

META I.5 – Atuação para segurança de barragens

Foco na completude dos dados do Snisb e em ações de educação e comunicação sobre segurança de barragens, regulamentação da PNSB no âmbito do estado, alterada pela Lei 14.066/2020 e planejamento da fiscalização com critério de priorização

COSEB/SRB e COFIS/SFI

META I.6 – Monitoramento hidrológico

Foco no compartilhamento no SNIRH de dados hidrológicos da rede estadual e atualização de cadastro, consistência e recebimento anual de dados das estações de monitoramento hidrológico no âmbito estadual

CODIH/SGH

META I.7 – Fiscalização de usos de recursos hídricos

Foco na estruturação do setor responsável pela fiscalização, na implementação de ações de fiscalização e definição de critérios para monitoramento dos usos em bacias a serem priorizadas, na apresentação do Plano Anual de Fiscalização - PAF e compartilhamento de dados de monitoramento de usos

COFIU/SFI

Metas de gestão de águas no âmbito do sistema estadual

VARIÁVEIS		Nível Máx	Nível Mínimo			
			A	B	C	D
META II.2 – VARIÁVEIS LEGAIS, INSTITUCIONAIS E DE ARTICULAÇÃO SOCIAL						
1.1	Organização Institucional	5	2	3	3	4
1.2	Gestão de Processos	3	2	2	2	3
1.3	Arcabouço Legal	4	3	3	4	4
1.4	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	5	3	3	4	4
1.5	CBHs e outros Organismos Colegiados	4	2	2	3	4
1.6	Agências de Água ou Bacias Similares	5	2	2	3	4
1.7	Comunicação Social e Difusão de Informações	3	2	2	2	3
1.8	Capacitação em recursos hídricos	5	2	3	3	4
1.9	Articulação com setores usuários e transversais	4	2	3	3	4
META II.3 – VARIÁVEIS DE PLANEJAMENTO						
2.1	Balanço hídrico	4	2	2	3	3
2.2	Divisão Hidrográfica	4	2	2	3	3
2.3	Planejamento Estratégico	4	2	2	2	3
2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	5	2	3	4	4
2.5	Planos de Bacia Hidrográfica	5	2	3	4	5
2.6	Enquadramento de corpos d'água	5	2	3	4	4
2.7	Estudos especiais de gestão	4	3	3	3	4

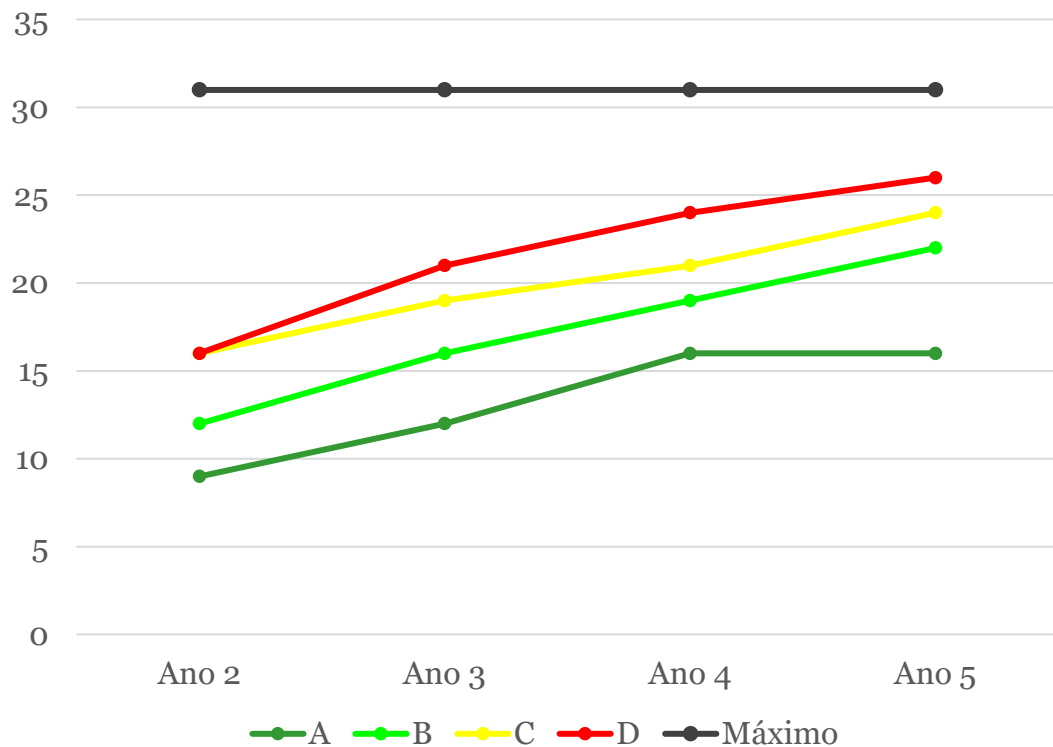
VARIÁVEIS		Nível Máx	Nível Mínimo			
			A	B	C	D
META II.4 – VARIÁVEIS DE INFORMAÇÃO E SUPORTE						
3.1	Infraestrutura de Dados Espaciais sobre Recursos Hídricos (IDE-RH)	5	2	2	3	4
3.2	Cadastros de Usuários, Usos e Interferências	3	2	2	3	3
3.3	Monitoramento Hidrológico	4	2	3	3	4
3.4	Monitoramento da Qualidade de Água	4	2	2	3	4
3.5	Sistema de Informações	4	2	2	3	4
3.6	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	4	2	2	3	3
3.7	Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão	3	2	2	3	3
3.8	Gestão de eventos críticos	4	2	2	3	4
META II.5 – VARIÁVEIS OPERACIONAIS						
4.1	Outorga de Direito de Uso	4	2	3	4	4
4.2	Fiscalização	4	2	2	3	3
4.3	Cobrança	5	2	2	3	4
4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	4	2	2	3	3
4.5	Infraestrutura Hídrica	3	2	2	3	3
4.6	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	5	2	3	3	4
4.7	Programas e Projetos Indutores	3	2	2	3	3
4.8	Alocação negociada da água	5	2	2	3	4
Totais		134	67	77	100	118
Quantidade de variáveis obrigatórias			11	13	17	19

Variável de CUMPRIMENTO OBRIGATÓRIO em TODOS os anos do programa conforme a tipologia

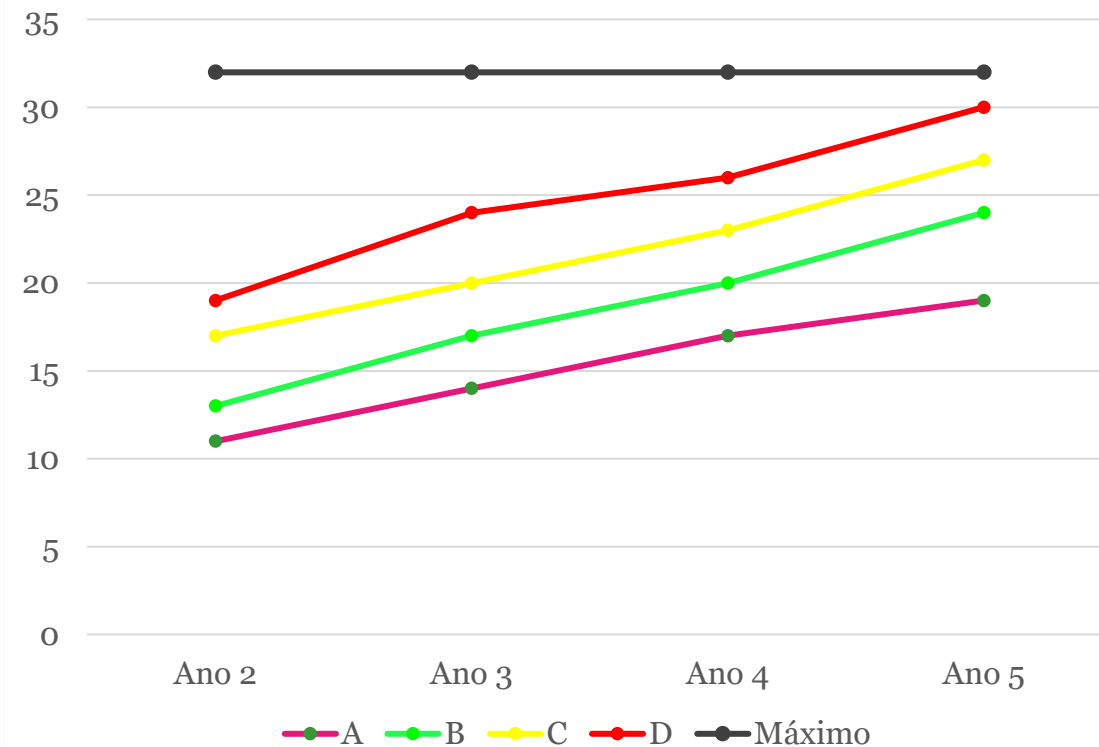
Variável de AVALIAÇÃO OBRIGATÓRIA conforme tipologia adotada

Variável de AVALIAÇÃO FACULTATIVA conforme tipologia adotada

QUANTIDADE MÍNIMA DE VARIÁVEIS CUJA META DEVE SER ALCANÇADA - 20 Ciclo



QUANTIDADE MÍNIMA DE VARIÁVEIS CUJA META DEVE SER ALCANÇADA - 30 Ciclo



Investimentos com recursos orçamentários próprios nas variáveis críticas de gestão

Variáveis críticas:

- ✓ Organização Institucional do Sistema de Gestão
- ✓ Comunicação Social e Difusão de Informações
- ✓ Planejamento Estratégico
- ✓ Plano Estadual de Recursos Hídricos
- ✓ Sistema de Informações
- ✓ Outorga
- ✓ Fiscalização

Critérios de Fator de Redução

- (a)** Apresentação anual da situação da Gestão de Recursos Hídricos na Assembleia Legislativa (FRb) - Zero ou 5%
- (b)** Aplicação dos recursos do Progestão (FRc) - Zero a 5%:
 - Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação dos recursos do Progestão (PPA-Progestão) e aprovação pelo CERH (1º Período) e
 - Apresentação anual dos gastos realizados para a ANA e CERH, em conformidade com o PPA-Progestão, verificado pela ANA (1º ao 5º Períodos) -
- (c)** Desembolso anual dos recursos em relação ao montante acumulado na conta corrente Progestão maior ou igual a 50%, verificado pela ANA (FRd) - Zero ou 5%

Até 15%

Progestão – Meta do Plano Nacional

Resolução nº 232, de 22 de março de 2022, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.

Ações	Metas	Horizonte	Executores	Parceiros
Instituir programas e projetos para fortalecimento da gestão estadual integrada com previsão de fonte estável de recursos.	Programa instituído e implementado, de forma articulada com os estados e comitês de bacias hidrográficas, onde houver, com previsão de pagamento por resultado da gestão de recursos hídricos (instrumentos de gestão, monitoramento hidrológico, capacitação, dentre outros)	Curto prazo	ANA e OGERHs	Instâncias estaduais colegiadas de recursos hídricos
	Projeto instituído e implementado, voltado ao aperfeiçoamento de ferramentas inovadoras de gestão com vistas à difusão e ao compartilhamento dos resultados gerados e ao aprimoramento das capacidades locais.	Curto prazo	ANA e OGERHs	Instâncias estaduais colegiadas de recursos hídricos

| PRÓXIMOS PASSOS

Procedimentos para assinatura do contrato
Progestão III



- ✓ Realizar, em conjunto com a ANA, oficina de introdução ao 3º ciclo do Progestão;
- ✓ Avaliar a implementação do 2º ciclo conforme roteiro dirigido enviado pela ANA;
- ✓ Realizar reunião do CERH para discussão e aprovação do novo Quadro de Metas (Anexos III, IV e V);
- ✓ Solicitar ao Governador o envio de ofício à ANA manifestando interesse em dar continuidade ao Progestão em seu 3º ciclo e informando o percentual de desembolso e/ou empenho realizado com os valores repassados pelo programa até dezembro de 2022.

Entidade Estadual responsável pela coordenação do Progestão deverá encaminhar ofício manifestando interesse no 3º ciclo do programa, anexando os seguintes documentos:

- ✓ Novo Quadro de Metas do estado (Anexos III, IV e V), devidamente acompanhado da Resolução/Deliberação que comprova a sua aprovação pelo CERH;
- ✓ Cópia da documentação do responsável pela Entidade Estadual e do Presidente do CERH para fins de qualificação no contrato (Nomeação, termo de posse, cópias de RG e CPF, além de informações sobre o estado civil, profissão e município de domicílio).

ATENÇÃO: os 8 estados que concluíram o 2º Ciclo do programa em **2021** deverão enviar o Ofício assinado pelo Governador até **30/junho, impreterivelmente.**

AL, GO, MT, PB, PI, PR, RO e SE

- ✓ Enviar aos estados a Resolução que aprova o 3º ciclo do Progestão com a minuta do novo Contrato acompanhada dos Anexos I, II, III, IV e V para fins de análise jurídica pelo estado, o modelo de ofício para adesão ao 3º ciclo do Programa assinado pelo Governador, novo quadro de Metas e modelo de Ofício para a Entidade Estadual. (Comunicado Progestão);
- ✓ Realizar Oficina de início ao 3º Ciclo do Progestão;
- ✓ Enviar aos estados o Roteiro Dirigido para avaliação do 2º ciclo do Programa pelo estado (entidade estadual e CERH) e a minuta de programação da oficina;
- ✓ Receber documentos encaminhados pelos estados e abrir processo para a contratação.

Equipe COAPP/SAS



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



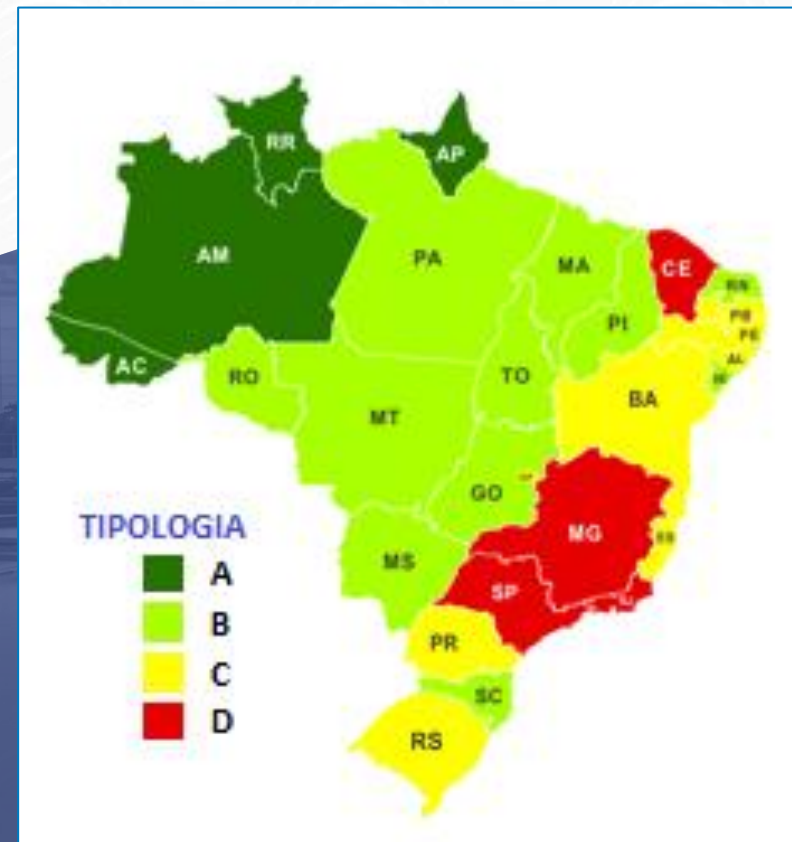
Obrigada!

até a próxima.

PROGESTÃO

PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS

Metas de cooperação federativa – Critérios de avaliação



META I.1: INTEGRAÇÃO DE DADOS DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Descrição: compartilhamento, preferencialmente de forma automática, no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) dos dados referentes aos usuários e usos de recursos hídricos de domínio estadual que possuam ato de regularização publicado, ou tenham sua solicitação indeferida ou que sejam dispensados da outorga.

Critério de avaliação:

- I. Disponibilização no CNARH dos dados cadastrais de usos e usuários de recursos hídricos de domínio estadual regularizados ao longo do período, com base na Resolução CNRH nº 126/2011 considerando a verificação da consistência dos dados. **(Períodos 1 a 5);**
- II. Complementação no CNARH de dados adicionais sobre águas subterrâneas referentes aos poços de usuários regularizados considerando a verificação da consistência dos dados. Poderão ser aceitos, a critério da ANA, campos não preenchidos, desde que estes não sejam solicitados pelo órgão gestor estadual para concessão ou renovação de outorgas de águas subterrâneas, ou de instrumento equivalente **(Períodos 1 a 5);**
- III. Verificação da consistência de todos os dados já disponibilizados no CNARH, considerando bacia(s) hidrográfica(s) a ser(erem) priorizada(s), bem como aquífero(s), devendo ser corrigidas ou justificadas, quando couber. **(Períodos 1 a 5)**
- IV. Elaboração e acompanhamento de plano tecnológico para automatizar a inserção e a atualização dos dados das regularizações emitidas pelo estado no CNARH, via *webservice* (ver <https://www.snirh.gov.br/cnarh40/swagger-ui/>). O plano também deve apresentar proposta para disponibilização dos atos de regularização no site do órgão gestor e considerar a automatização do recebimento das regularizações emitidas pela ANA para a respectiva UF. **(Períodos 1 e 2);**
- V. Inserção e atualização, de forma automática no CNARH, via *webservice*, dos dados de cadastro e dos Atos de Regularização dos usuários de recursos hídricos de domínio estadual regularizados ao longo do período, bem como dos dados adicionais de águas subterrâneas. Possibilidade de recebimento, via *webservice*, das regularizações emitidas pela ANA para a respectiva UF. **(Períodos 3 a 5);**
- VI. Disponibilização dos atos de regularização do uso emitidos ao longo do período nos sites dos órgãos gestores, que venha possibilitar a sua visualização e impressão, facilitando para o usuário o acesso aos seus dados, bem como possibilitando a conferência da consistência. **(Períodos 3 a 5).**

META I.2: CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

Descrição: elaboração e implementação de Planos de Capacitação para os Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos.

Critérios de avaliação:

- I. Elaboração de Plano de Capacitação a partir das orientações apresentadas pela ANA (**Período 1**);
- II. Apreciação do Plano de Capacitação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (**Período 1**);
- III. Envio da programação anual das atividades de capacitação previstas, em conformidade com o plano aprovado (**Períodos 1 a 4**);
- IV. Envio da comprovação de implementação das atividades previstas na programação anual de capacitação (**Períodos 2 a 5**);
- V. Envio da avaliação anual da execução da programação de Capacitação, conforme formulário padrão da ANA (**Períodos 2 a 5**);
- VI. Avaliação final do Plano de Capacitação, conforme formulário padrão da ANA, com apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (**Período 5**).

META I.3: CONTRIBUIÇÃO PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Descrição: compartilhamento no âmbito do SINGREH, por meio de instrumentos e meios específicos, de dados e informações sobre a situação e a gestão de águas que subsidiam a elaboração do Relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil” e a atualização do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Instrumento de avaliação: constatação, pela área competente da ANA, do fornecimento de dados e informações solicitados ou da inserção, pelo estado, de dados em sistemas de informações específicos, em subsídio à elaboração do Relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil” e manutenção e atualização de informações no SNIRH pela ANA em relação aos seguintes temas:

- I. Comitês de bacias hidrográficas estaduais;
- II. Planos de bacias hidrográficas estaduais;
- III. Agências de água ou de bacias hidrográficas;
- IV. Enquadramento de corpos d’água estaduais;
- V. Dados do monitoramento de qualidade da água;
- VI. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- VII. Normativos estaduais sobre recursos hídricos;
- VIII. Conselhos estaduais de recursos hídricos;
- IX. Sistemas estaduais de informações sobre recursos hídricos.

Critério de avaliação: meta atendida de maneira proporcional ao envio, pelo estado, de dados e informações solicitadas ou inserção e disponibilização em sistemas de informações específicos nos prazos estabelecidos, conforme formatos definidos pela ANA e registrado via ofício. Poderão ser aceitas, a critério da ANA, lacunas de informação desde que devidamente justificadas pela entidade estadual.

META I.4: PREVENÇÃO DE EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS

Descrição: operação adequada de sistemas de prevenção e acompanhamento de eventos hidrológicos críticos (inundações e secas), bem como a disponibilização de informações aos órgãos competentes.

Critérios de avaliação:

- I. Destinar local e estrutura apropriada para o funcionamento da sala de situação, mantendo equipes de campo e escritório, de forma a garantir a elaboração de produtos, tais como: boletins diários, mensais, relatórios de eventos críticos, incluindo o Relatório Anual de Eventos Críticos, que deverá descrever os eventos de inundações e secas ocorridos no estado durante o ano, com a respectiva atuação da sala (**Períodos 1 a 5**).
- II. Aderir ao programa Monitor de Secas, no papel que couber à instituição estadual (**Período 1**), e compartilhar, mensalmente, informações sobre a análise da evolução da seca no estado por meio do mapa do Monitor de Secas (**Períodos 1 a 5**).
- III. Estabelecer cotas de referência para secas em rios, nas estações consideradas prioritárias, e/ou faixas de alerta ou de referência em reservatórios (**Períodos 2 e 3**).
- IV. Produção diária e mensal de boletins de monitoramento hidrometeorológico, contendo informações claras e suficientes para o acompanhamento hidrológico e a tomada de decisão. Os boletins mensais devem apresentar conteúdo mínimo sobre análise meteorológica, hidrológica e de evolução do armazenamento de reservatórios, se for o caso. Nos boletins diários é importante estarem explícitos os alertas dados pela sala, que também podem ser citados nos boletins mensais (**Períodos 1 a 5**).
- V. Fornecer informações à ANA e colaborar para atualização do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações (**Período 2**).

META I.5: ATUAÇÃO PARA SEGURANÇA DE BARRAGENS

Descrição: implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Critérios de avaliação:

- I. Cadastro e inserção de dados de barragens no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), considerando a completude e consistência de dados. **(Períodos 1 a 5)**
- II. Regulamentação, no âmbito da Unidade da Federação, da Lei nº 12.334/2010, alterada pela Lei nº 14.066/2020. **(Períodos 1 a 5)**
- III. Promoção de ações de educação, comunicação e articulação voltados à segurança de barragens no estado e à preparação para situações de emergência e conscientização da sociedade, envolvendo empreendedores e Defesa Civil. **(Períodos 1 a 5)**
- IV. Planejamento e avaliação das ações de fiscalização a partir de critérios de priorização. **(Períodos 1 a 5)**
- V. Implementação das ações de fiscalização. **(Períodos 1 a 5)**.

META I.6: MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Descrição: coleta, integração e divulgação dos dados provenientes das estações das redes estaduais de monitoramento hidrológico, junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Critérios de avaliação:

- I. Envio do inventário (cadastro) de estações pluviométricas e fluviométricas integrantes da Rede Estadual de monitoramento hidrológico e suas respectivas séries históricas de dados hidrológicos, para inserção na base Hidro do SNIRH **(Período 1)**;
- II. Atualizar o inventário e as séries históricas de dados hidrológicos das estações pluviométricas e fluviométricas da Rede Estadual **(Períodos 2 a 5)**.

META I.7 – FISCALIZAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Descrição: fortalecimento e integração das ações de fiscalização e do monitoramento de usos da água, por meio do estímulo à organização institucional e legal do setor responsável pela implementação das ações de fiscalização de uso dos recursos hídricos, bem como do aperfeiçoamento de procedimentos e estabelecimento de ações integradas visando o planejamento e execução das atividades de fiscalização, a estruturação e operacionalização de processos de obtenção de dados primários por meio do monitoramento e acompanhamento contínuo de usos de recursos hídricos de domínio estadual, em bacias hidrográficas a serem priorizadas.

Critérios de avaliação:

- I. Apresentação de diagnóstico da situação institucional e técnica, bem como de plano para estruturação da área de fiscalização, contendo quadro de pessoal, normativos, equipamentos e sistemas necessários para aperfeiçoar a atividade de fiscalização e controle de usos da água no estado (**Período 1**);
- II. Elaboração de propostas de normativos ou de adequação de normativos existentes visando o estabelecimento de procedimentos para implementação das ações de fiscalização, apuração de infrações e a aplicação de penalidades, preferencialmente, em harmonização com os normativos vigentes em nível federal (**Períodos 2 e 3**);
- III. Elaboração do Planejamento Anual de Fiscalização (**Períodos 1 a 5**) e apresentação de relatório contendo a avaliação das ações executadas no ano anterior (**Períodos 2 a 5**);
- IV. Elaboração de propostas de normativos ou de adequação de normativos legais e regulamentares com definição de critérios para o monitoramento e acompanhamento contínuo dos usos de recursos hídricos (superficial e subterrâneo, quando couber), para usuários específicos (considerando sua significância) em bacias hidrográficas a serem priorizadas, podendo ser adotadas tecnologias disponibilizadas pela ANA (**Períodos 1 e 2**);
- V. Compartilhamento dos dados de monitoramento e acompanhamento contínuo dos usos de recursos hídricos para fins de fiscalização, em bacias hidrográficas a serem priorizadas, em plataforma específica a ser disponibilizada pela ANA (**Períodos 3 a 5**).

EQUIPE COAPP/SAS



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Obrigada!

até a próxima.

LISTA DE PRESENÇA
OFICINA PROGESTÃO 2023
27 de Abril de 2023
Palmas-TO

Nome do Participante	CPF	e-mail	Município/do Participante	De qual ente faz parte?
Simone Vendruscolo		simone.vendruscolo@anz.gov.br	Brasília-DF	*Agência de Bacia *CERH
Flávia S.F. Rodrigues		flaviarodrigues@ama.gov.br	Brasília/DF	*Órgão Estadual ou Distrital *Comitê de Bacia- Poder Público *Comitê de Bacia- Sociedade Civil * Comitê de Bacia- Usuário *Não participa do SEGRH
AGUSTIN TRIGO		agustin.trigo@ama.gov.br	BRASILIA/DF	ANA
ALDO AZEVEDO		aldo.azevedo@semarh.to.gov.br	Palmas-TO	ANA/SAS/CINCS
Marcia Gark dos S. Garkens	355.663.702-25	garkensgarcia@gmail.com	Palmas-TO	Órgão Público
Eduarda Pelos Pisenho	944089 091-04	eduardapelenho@ymail.com	Palmas-TO	Sociedade Civil
Márcio Roberto B. Balbo	707089591-72	mrb.br.engenharia@hotmail.com	Kaibóiá-TO	CBHREC - Social Civil
Guarielda R Pereira	017.787.311-63	guarielda.vieira@opmtoil.com	Palmas-TO	SEMARH

LISTA DE PRESENÇA
 OFICINA PROGESTÃO 2023

27 de Abril de 2023

Palmas-TO

Wallace Amizuzu da Silveira Chaves Oliveira Jr	wallace.silveira@naturatins.com.br silveira_jr@to.gov.br	Palmas-TO Palmas-TO	NATURATINS - TO Naturatins - TO
Wagner Andretti Costa	wagner.costa@to.gov.br	Palmas-TO	Naturatins
Francisco Tiago de S. Jesus	frj.tiago@gmail.com		
Laércio Rigo de Barros	laerzio.semades@gmail.com	Palmas-TO	SEMARH
ROGERIO NALETO PASSOS	ROGERIO@to.gov.br	PALMAS-TO	SEMARH - TO
Brandina de Amorim	brandina.amorim@ana.gov.br	Brasília-DF	ANA

OFICINA DE INTRODUÇÃO AO 3º CICLO DO PROGESTÃO
LISTA DE PRESENÇA – ESTADO DE TOCANTINS – 27 e 28/04/2023

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Flávia S. F. Rodrigues	ANA	(61) 2109-5122	flavia.rodrigues@ana.gov.br
Simone Vendruscolo	ANA		simone.vendruscolo@ana.gov.br
AGUSTIN TRIGO	ANA	(61) 2109-5418	ajustin.trigo@ana.gov.br
Brandina de Amorim	ANA	(61) 2109-5233	brandina.amorim@ana.gov.br
Márcio Roberto B. Bolive	EBURC-CT	63 992749100	mrbr.engenharia@hotmail.com
Eduardo Pêgas Gusuenho	CT Igo	63 984588300	eduardogusuenho@gmail.com
Maria Goretti R Braga	SEMARH	63 992220676	gorettibraga.semah@pmail.com
Wallace Aniszewski	NATURATINS	63 992090809	wallace.silve@naturatins.to.gov.br
ALDO AZEVEDO	SEMARH	999857887	aldo.azevedo@semah.to.gov.br
Letícia Jéssica Oliveira Freitas	Naturatins	(64) 99243-0566	leticia.freitas@naturatins.to.gov.br
Wagner Andreotti Costa	Naturatins	(63) 98427-5333	wagner.costa@naturatins.to.gov.br
Guacielma Ribeiro Pereira	SEMARH	(63) 98434-9071	guacielma.semah@gmail.com
Lorenzo Rigo de Abreu	SEMARH	(63) 984301535	LORENZO.SEMAH@pmail.com
Márcia Goretti de S. Codina	SEMARH	(63) 98433-2544	60847@guacil.com
ROBERTO ROLETO PASSOS	SEMARH	(63) 984016336	ROBERTO@Gmail.com